



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 98.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 23 de maio de 2013, às 09:00 horas
Local: Auditório SEST/SENAT
Rua Martin Cyprien, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Amilton Ferri Vasconcelos, Presidente Suplente da URC Alto
2 São Francisco; Alexandre Ferreira, representante da Federação das Indústrias do Estado
3 de Minas Gerais – FIEMG; Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação
4 das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de
5 Minas Gerais – Federaminas; Francisco de Assis Braga, representante Associação
6 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Irajá Ferreira Nogueira,
7 representante Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais –
8 FAEMG; Francisco Chaves Generoso, representante Ministério Público; Roberto Soares
9 Nogueira, representante Comitê da Bacia Hidrográfica Entorno da Represa Três Marias;
10 Gilson Soares, representante da Fundação Educacional de Divinópolis - Funedi; Aduino
11 Egídio Reis Netto, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
12 Econômico - SEDE; José Ramiro Silveira, representante da Polícia Militar de Minas
13 Gerais – PMMG; Mário da Silva Oliveira, representante Conselho Municipal de Meio
14 Ambiente – Codema – Pains; Giovanardi Marco Alves, representante Secretaria
15 Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU; Wellington Dias
16 Silveira, representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
17 Abastecimento – SEAPA; Lessandro Gabriel Costa, representante Associação
18 Ambientalista Alto São Francisco, Lagoa da Prata; Carla Ferreira Vieira Martins,
19 representante do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; Sílvia Letícia
20 Ribeiro, representante do Município de Divinópolis; Adenilson Martins Caixeta,
21 representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais –
22 FETAEMG; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do Conselho Regional de
23 Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA/MG; Antônio Pinto de
24 Resende, representante Associação Regional de Proteção e Integração Ambiental -
25 ARPIA. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco
26 – A reunião foi presidida pelo superintendente da Superintendência Regional de
27 Regularização Ambiental Sul de Minas, Amilton Ferri Vasconcelos. Convidou a todos
28 para a execução do Hino Nacional. - **Item 1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.** -
29 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Em
30 seguida abriu os trabalhos: “*Senhores conselheiros, senhores presentes, declaro aberta*
31 *a 98ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco do*
32 *Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. São 23 de maio de 2013. São 8 e*
33 *45.” - **Item 3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** - Amilton Ferri
34 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Passou a palavra para
35 a Diretora de Controle Processual para dar posse ao conselheiro Antônio Pinto de
36 Rezende. – Não identificou – “*Em nome do Secretário Adjunto de Meio Ambiente e*
37 *Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Alto São Francisco damos posse ao**



38 *senhor Antônio Pinto de Rezende, representante da Associação Regional de Proteção e*
39 *Integração Ambiental – ARPIA.” – Não identificou – “Agradeço a confiança que me foi*
40 *confiada e concedida de estar aqui nesta reunião. Como é a primeira vez que estou*
41 *participando. Ontem eu não tive a oportunidade de acessar o site com todas as atas*
42 *anteriores, porém eu vou estar um pouquinho perdido nessa reunião, mas nós vamos*
43 *procurar tomar conhecimento na medida do possível estar dando a colaboração*
44 *devida. Obrigado.” - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto*
45 *São Francisco – Cumprimentou o novo conselheiro. – Lessandro Gabriel –*
46 *Representante AAASF – “Bom dia. Primeiramente eu gostaria de cumprimentar nosso*
47 *colega Antônio Pinto. Desejar a ele que nós tenhamos um bom relacionamento. Acho*
48 *que aqui dentro do COPAM nós temos essa interação de família. Nós estamos sempre*
49 *juntos. Estamos sempre lutando pela mesma causa. Gostaria de convidar também a*
50 *todos. Nós deixamos um convite para todos da Primeira Gincana Ecológica de*
51 *Doresópolis que está sendo organizada pelo nosso ex-conselheiro Dirceu, que é*
52 *parceiro também nosso da região do Alto São Francisco. Essa Gincana Ecológica é*
53 *com o tema Coleta Seletiva no Município de Doresópolis com o apoio da IMERIS, a*
54 *Polícia Militar e outros órgãos da região dentro desse programa, nos dias 1 e 2, será*
55 *realizada essa gincana para estar implementando a coleta seletiva no município.*
56 *Gostaria também de me manifestar a respeito do edital que foi publicado no dia 20*
57 *agora de maio. Foi publicado um edital do Estado de Minas Gerais para inscrições até*
58 *o dia 20 de agosto para o Fundo de Proteção que é o FHIDRO, que é um fundo de*
59 *recursos do Meio Ambiente do Estado. Eu acho que as coisas boas que o Estado tem*
60 *praticado nós temos que citar isso, porque na região do Alto São Francisco nós*
61 *conseguimos criar projetos nessa linha de ação. Está aqui o conselheiro Mário do*
62 *Comitê, que o projeto passou pelo nosso Comitê do Alto São Francisco. O município de*
63 *Pains foi contemplado. Luz, Lagoa da Prata, Dores, Iguatama. Todos os municípios*
64 *que apresentaram projetos dentro dessa linha de ação do FHIDRO foram*
65 *contemplados dentro das características dos projetos da área ambiental. Também dizer*
66 *que na semana do Meio Ambiente, na semana próxima que vem nós vamos estar*
67 *realizando na região do Alto São Francisco vários eventos ligados ao Meio Ambiente*
68 *em Lagoa da Prata, Japaraíba, Luz e Iguatama. Nós tivemos por força maior também*
69 *que dar passe no dia 3 do nosso conselho aqui, em Belo Horizonte. Eu acho que alguns*
70 *dos conselheiros não estão sabendo, mas a Paula vai repassar para o pessoal. No dia 3*
71 *os conselheiros vão tomar posse em Belo Horizonte. Nós conselheiros do Estado de*
72 *Minas Gerais tivemos que mudar algumas comemorações da semana do Meio Ambiente*
73 *naquela região ali. Acho que tudo isso é louvável, tudo é fiel à causa que nós lutamos.*
74 *Obrigado.” – Mário – Representante CODEMA Pains – “Senhor presidente, quero*
75 *cumprimentar em vosso nome e cumprimento a todos os novos conselheiros,*
76 *empresários e demais presentes. Quero aqui cumprimentar o conselheiro Lessandro*
77 *que tem como missão o trabalho árduo no Alto São Francisco especialmente na questão*
78 *de recursos hídricos. Nós sabemos a dificuldade que é para se manter e se posicionar*
79 *perante a todos e deixar claro a necessidade de se tomar uma atitude. No dia 14*
80 *passado houve, em Lagoa da Prata, a eleição do conselho do Alto São Francisco, do*
81 *Comitê de Bacias e nós tivemos o prazer de participar. Queria te parabenizar*
82 *Lessandro. Dizer que nós somos um parceiro assim em todos os momentos que pode*
83 *contar conosco. Desejar que no futuro não tenhamos a escassez de recursos, porque o*
84 *São Francisco leva água em lugares que ele só é a salvação de muitos brasileiros.*
85 *Parabéns mais uma vez. Obrigado.” – Alexandre – Representante FIEMG – “Eu*



86 gostaria de comunicar também que a Prefeitura de Arcos, em parceria com o IEF e a
87 CSN, estará realizando a comemoração do dia do Meio Ambiente. Nós vamos fazer o
88 plantio de árvores na área do aterro sanitário da cidade.” – Subtenente Ramiro –
89 Representante PMMG Piumhi – “Estou participando pela primeira vez como segundo
90 suplente. Embora não tive acesso também às atas anteriores, bem como a pauta da
91 reunião, mas quero me colocar a disposição para poder contribuir o máximo que for
92 possível. Obrigado.” – Francisco – Representante Ministério Público – “Bom dia a
93 todos! Só informar ao conselho de que na reunião passada eu havia comunicado o
94 deferimento de uma liminar no Conselho Nacional de Justiça que resgatou a
95 obrigatoriedade da averbação da reserva legal em Minas Gerais até a implementação
96 do cadastramento ambiental rural. Até então essa liminar refletiu uma decisão apenas
97 do relator, uma decisão monocrática, mas o Conselho Nacional de Justiça, o plenário
98 Nacional de Justiça, por unanimidade, referendou a liminar. Era essa a informação que
99 eu queria passar, porque na última reunião era apenas uma decisão monocrática e
100 agora o Conselho por unanimidade já referendou.” – Camilo de Lélis André Melo –
101 Representante FEDERAMINAS – “Bom dia a todos! Meus cumprimentos aos novos
102 conselheiros que estão tomando posse. O suplente e o subtenente Ramiro. Eu gostaria
103 de fazer uma observação a respeito da reunião passada que o Presidente terminou a
104 reunião muito depressa. Votou o processo e terminou rápido, mas ela ainda é oportuna.
105 Primeiro, dois processos que nós votamos foram de suma importância. Primeiro foi o
106 processo da fábrica de papel Bom Pastor. Essa empresa, essa licença que nós
107 renovamos foi em plenário naquela época por indeferimento e por não cumprimento
108 também de todas as condicionantes. O professor Gilson, juntamente comigo, pedimos
109 vista do processo, visitamos a empresa. Vimos que ela estava completamente apta a
110 trabalhar e o professor Gilson fez uma apresentação belíssima e nós conselheiros
111 acatamos o parecer dele e votamos pela renovação da licença que tinha vindo para o
112 plenário para o indeferimento. Quando nós falamos que apesar do conselho de vir para
113 nós com indeferimento, se os conselheiros acharem que ela está correta, que ela pode
114 funcionar nós podemos votar para o deferimento. Não é nenhuma novidade. Isso já
115 ocorreu no passado. Outra observação que eu gostaria de fazer é o seguinte. Foi
116 votado também o licenciamento de uma empresa de Iguatama. Ambientec, de
117 incineração. Essa empresa, naquela oportunidade também foi motivo de... os vizinhos
118 vieram aqui no plenário, fizeram um auê danado. O conselheiro Marcos pediu vista do
119 processo, eu também pedi. Nós fomos até a empresa e achamos que estava tudo correto.
120 Era mais uma questão política interna do município e o processo foi aprovado. Eu falo
121 isso pelo seguinte. Da mesma forma aconteceu uma manifestação popular no aterro
122 sanitário de Nova Serrana, de Formiga também, a população veio, manifestou
123 contrário, atrasou o projeto e o parecer estava correto. São essas duas observações que
124 eu gostaria de fazer. Obrigado.” – Paula – SUPRAM ASF – “Como o Lessandro já
125 falou, gostaria de convidar os conselheiros, dia 3 de junho, o Secretário vai empossar
126 solenemente todos os conselheiros do COPAM de todo o Estado de Minas Gerais. Vai
127 acontecer no auditório do JK na Cidade Administrativa, às 13 horas. Os senhores estão
128 convidados e espero ter representantes do Alto São Francisco lá tomando a posse com
129 os demais conselheiros do Estado.” – Francisco de Assis Braga – Representante ABES
130 – Solicitou informações sobre a posse. – Paula – SUPRAM ASF – Esclareceu: “É uma
131 posse solene, Francisco. Caso os conselheiros não tenham agenda ou condições de
132 estarem presentes à posse, acontecerá na próxima reunião aqui nas próximas reuniões



133 *do conselho.” - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São*
134 *Francisco – Agradeceu ao conselheiro Lessandro pelo convite e passou para o item 4 –*
135 *- **Item 4. Exame das Atas da 96ª RO de 21/03/2013. RETORNO DE BAIXA EM***
136 ***DILIGÊNCIA e da 97ª RO de 25/04/2013.** – Roberto Soares Nogueira –*
137 *Representante Comitê de Bacia do Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou*
138 *correções: “Gostaria de na ata da 97ª, na linha 1241, seja abatida uma letra a que está*
139 *demais. Eu acho que ela abate, não abati nada. É bate. Bate com o que foi pedido aqui*
140 *pela condicionante proposta.” – Mário – Representante CODEMA Pains – Solicitou*
141 *correções: “Eu gostaria que fosse feita uma correção na linha, é um texto da linha 611*
142 *até a 623. Eu disse assim. Tem um processo. Aqui está escrito, tem um processo tirando*
143 *a tinta. Não é. Eu disse que tem um projeto cheirando a tinta. Queria dizer que era algo*
144 *novo, muito novo que estava sendo feito e que era uma inovação em nossa região. São*
145 *equipamentos modernos. Nós temos uma expectativa de que ele não seja, não*
146 *surpreenda de forma contrária com a poluição. A empresa está imbuída em resolver*
147 *questões de tráfego que também era uma preocupação muito grande nossa por passar*
148 *pelo fato de todo esse movimento de veículos passar por dentro da cidade. Na*
149 *sequência colocou que queria parabenizar a empresa pela iniciativa. Colocou assim.*
150 *Queria parabenizar a empresa por essa iniciativa. Ontem. No caso aqui, eles. Foi*
151 *escrito aqui. Ontem me procuraram. Queria dizer que eles me procuraram ontem e*
152 *falaram do objetivo de fazer um desvio. Esse desvio seria dentro da própria empresa*
153 *por uma estrada antiga que será utilizada por eles. Também, na linha 622 sobre as*
154 *informações. Fiquem certas essas informações. Quis dizer para que fiquem certas essas*
155 *informações para que não tenhamos a ilusão de que está longe e na verdade está dentro*
156 *da cidade. Na verdade aqui coloca 3 quilômetros, mas na verdade seriam 800 metros.*
157 *Para quem não conhece o processo imagina que isso está correto e na verdade não*
158 *está. Desejar a empresa sucesso na implantação desse projeto novo. Obrigado.” –*
159 *Lessandro Gabriel – Representante AAASF – Solicitou correções: “Na 97ª, na linha 44.*
160 *Só colocar a palavra senhor Júlio, é Júnior. Por favor. Na 48, a mesma coisa. Ao invés*
161 *de Júlio é Júnior. Júnior Nogueira. Obrigado.” – Francisco – Representante Ministério*
162 *Público – Solicitou constar: “Na ata da 97ª já havia adiantado para a secretaria, mas*
163 *para registro eu vou dizer quais são as linhas que eu pedi para corrigir. Todas elas*
164 *relativas à minha fala. Linhas 351, 556, 689, 873, 931, 1091, 1274, 1305, 1495 e*
165 *ressaltar expressamente que nessas atas em que são relatadas *ipsis litteris* das nossas*
166 *falas, muitas vezes, eu pelo menos não tenho condições de avaliar se o termo que está*
167 *ali empregado foi o que eu empreguei na oportunidade da reunião. Não tenho uma*
168 *memória tão boa assim. Só fazer essa ressalva, mas eu acho que é o sentido que*
169 *interessa.” - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São*
170 *Francisco – Solicitou dar posse a mais um conselheiro. – Não identificou – “Em nome*
171 *do secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente*
172 *da URC Alto São Francisco, Camilo Vieira Júnior, damos posse ao Subtenente José*
173 *Ramiro Silveira, representante da Polícia Militar de Minas Gerais.” - Amilton Ferri*
174 *Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Saudou o novo*
175 *conselheiro. Colocou em votação a ata da 96ª e 97ª e foram **APROVADAS** já com as*
176 *devidas correções. Esclareceu que iria saltar os itens 5 e 6 e faria a leitura dos itens a*
177 *partir do item 7. Informou que seria retirado de pauta o item 11 - Bambuí Bioenergia*
178 *S/A. “Os conselheiros que tiverem algum destaque, por favor, manifestem durante a*
179 *leitura, após a leitura do item e há bastante inscritos. Eu vou fazer a leitura de todos os*
180 *itens, aqueles inscritos que quiserem fazer o uso da palavra, por favor, se manifestem.”*



181 - Item 7. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia: 7.1 J.G.S.A.
182 Serviço Reciclagem e Aproveitamento Industrial Ltda. - Reciclagem ou
183 regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados -
184 Itaúna/MG - PA/Nº 04172/2012/001/2012 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF.
185 – Destaque Ministério Público e ABES. 8. Processo Administrativo para exame da
186 Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 8.1 Alfa
187 Caldeiraria e Montagens Ltda. - Serralheria, fabricação de esquadrias,
188 tanques, reservatórios e superficial - Itaúna/MG - PA/Nº 04949/2012/001/2012 -
189 Classe 3. Apresentação: Supram ASF. – Destaque ABES e Ministério Público. 9.
190 Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a
191 Licença de Instalação - “Ampliação”: 9.1 Ambientec - Incineração de Resíduos
192 Ltda. - Incineração de resíduos - Iguatama/MG - PA/Nº 00135/2010/002/2012 -
193 Classe 3. Apresentação: Supram ASF. – Destaque SUPRAM e Ministério Público.
194 9.2 Lafarge Brasil S/A (Ex - Cia de Cimento Portland Lacim) - Co-processamento
195 de resíduos em forno de clínquer - Arcos/MG - PA/Nº 00426/1995/031/2013 -
196 Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Destaque Ministério Público. 10. Processos
197 Administrativos para exame da Licença de Instalação Corretiva: 10.1 JMG
198 Participações Empreendimentos e Agropecuária Ltda. - Criação de bovinos
199 de corte confinados, criação de bovinos de corte extensivo, culturas anuais,
200 excluindo olericultura, culturas perenes - capineiras, beneficiamento primário de
201 produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação -
202 Abaeté/MG - PA/Nº 22391/2012/001/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF.
203 – Destaque ABES e Ministério Público. 10.2 Cooperativa dos Produtores Rurais de
204 Santo Antônio do Monte Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos de
205 laticínios - São Antônio do Monte/MG - PA/Nº 27996/2011/001/2011 - Classe 3.
206 Apresentação: Supram ASF. – Destaque ABES e Ministério Público. 12. Processos
207 Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 12.1 Omielam
208 Industrial e Comercial Ltda. - Produção de fundidos de ferro e aço, sem
209 tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem - Itaúna/MG -
210 PA/Nº 02507/2004/003/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. – Destaque
211 FIEMG. 12.2 Hélio José Martins/ Sítio Paraíso. - Suinocultura (ciclo completo),
212 criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) e
213 Avicultura de Corte - Pará de Minas/MG - PA/Nº 08604/2004/002/2012 - Classe
214 4. Apresentação: Supram ASF. - Ministério Público e ABES. 13. Processos
215 Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 13.1
216 Diviclean Indústria Comércio e Representações Ltda. - Fabricação de
217 produtos domissanitários, exclusive sabões e detergentes; fabricação de
218 preparados para limpeza e polimento e Fabricação de sabões e detergentes -
219 Divinópolis/MG - PA/Nº 13921/2005/003/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram
220 ASF. - Sem destaque. 13.2 Água Mineral Viva Ltda. (Ex - Algofer Ltda.) - Extração
221 de água mineral ou potável de mesa - Itaúna/MG - PA/Nº 00268/1995/005/2011
222 DNPM 830.483/1986 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. – Destaque Comitê
223 e Ministério Público. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto
224 São Francisco – Colocou em votação o item 13.1 – Diviclean, pois, não havia destaque
225 e a LICENÇA FOI DEFERIDA. - Item 5. Processo Administrativo para exame
226 da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 5.1 MML -
227 Metais Mineração Ltda. - Pilhas de rejeito/estéril - Passa Tempo/MG -
228 PA/Nº 27576/2011/001/2011 - DNPM 833.108/2004 - Classe 3. Apresentação:



229 **Supram ASF. RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Alexandre Ferreira**
230 **representante da FIEMG e Francisco Chaves Generoso representante da PGJ. –**
231 **Não identificou** – Apresentou o relatório: “*Nós apresentamos o relatório de vistas*
232 *concordando com o parecer único da SUPRAM e gostaríamos de fazer, desculpe-me*
233 *promotor, vou fazer uma consideração ao seu parecer. Com relação ao parecer do*
234 *promotor que está sugerindo a baixa em diligência desse processo. Esses argumentos*
235 *pela Promotoria existem duas considerações. Uma em relação a publicação e outra em*
236 *relação a área de compensação. A empresa procurou a SUPRAM essa semana e*
237 *apresentou a documentação em relação a publicação e com relação as áreas que ela*
238 *tem já disponíveis para compensação. Esses mesmos documentos foram apresentados*
239 *ao promotor. Eles fizeram uma reunião com o promotor. Nós consideramos que seria*
240 *interessante que nós acatássemos essa documentação e deixássemos como*
241 *condicionante a averbação, a compensação da apresentação, da parte da compensação*
242 *já para a formalização da LO. Nós entendemos que não teria prejuízo para o processo*
243 *uma vez que eles já possuem as áreas para serem compensadas.” – Francisco –*

244 **Representante Ministério Público** – Apresentou o relatório: “*Os senhores já tomaram*
245 *conhecimento do parecer, mas eu gostaria de reforçar as razões. Todos sabem que esse*
246 *é um empreendimento que está inserido no bioma Mata Atlântica, de acordo com o*
247 *mapa do IBGE. Todos também sabem que o bioma Mata Atlântica é o segundo mais*
248 *extinto do planeta. Ou seja, é um bioma realmente em escassez. Isso significa que não*
249 *pode existir empreendimento no bioma Mata Atlântica? De forma alguma. No entanto,*
250 *o mínimo que nós precisamos exigir é que a compensação determinada pela lei Federal*
251 *da Mata Atlântica em área equivalente a área suprimida e no caso do Estado de Minas*
252 *Gerais, pela DN 73, essa área deve ser duas vezes a área suprimida que essa*
253 *compensação seja implementada. A posição do Ministério Público é no seguinte*
254 *sentido. A licença prévia, na minha opinião, é a certidão de nascimento do*
255 *empreendimento. A partir da qual se atesta a viabilidade ambiental do*
256 *empreendimento. Em fase de LI, muitas vezes, nós resgatamos alguns postulados de*
257 *viabilidade e os próprios empreendedores, enfim, dizem que não. Essa questão já está*
258 *superada porque toda a questão de viabilidade ambiental tem que ser discutida na fase*
259 *de licença prévia. É por isso que nós trazemos a discussão do conselho a essa questão*
260 *na fase de licença prévia. Por quê? Imaginemos que um determinado empreendimento*
261 *que se pretenda instalar no bioma Mata Atlântica, não consiga comprovar já na fase de*
262 *licença prévia que existem áreas para compensação daquela supressão que será*
263 *realizada. Esse empreendimento é viável ambientalmente? Obviamente que não.*
264 *Porque se nós considerarmos que ele é viável ambientalmente nós estamos*
265 *contribuindo incisivamente para a extinção do bioma. À medida que haverá a*
266 *supressão tem a correspondente compensação. Na nossa opinião, essa nossa*
267 *demonstração de que é possível a compensação pela supressão da Mata Atlântica deve*
268 *se dar ainda na fase de licença prévia por ser postulado de viabilidade do*
269 *empreendimento. O que nós sugerimos aqui então? Que na fase de licença prévia sejam*
270 *apresentadas pelo empreendedor, áreas com as suas características no mesmo estágio*
271 *sucessional, etc. daquela a ser suprimida ou que na impossibilidade de apresentação de*
272 *área que seja utilizada aquela prerrogativa legal de indicação de uma outra área para*
273 *recuperação. O fato é que quando o empreendedor apresenta essas áreas e, eu quero*
274 *deixar bem claro conforme foi dito pelo colega conselheiro da FIEMG que o*
275 *empreendedor nos procurou e apresentou realmente uma série de registros de imóveis*
276 *de sua propriedade, no entorno, inclusive do empreendimento demonstrando que ele*



277 possui propriedades. Nós podemos até considerar que é bem provável que essas
278 propriedades estejam aptas a compensação na medida que elas estão muito próximas
279 ali da área a ser suprimida. No entanto, ainda não houve uma análise técnica do órgão
280 ambiental dizendo, olha, essa propriedade circunvizinha está habilitada para a
281 compensação ambiental da supressão causada ou que será ocasionada pelo
282 empreendimento. Nosso pedido de baixa em diligência, repito, embora esse caso seja
283 um caso mais simples, porque o empreendedor já demonstrou que tem áreas. O que
284 está faltando é simplesmente uma análise do órgão ambiental no sentido de que essas
285 áreas estão aptas a compensação. Eu acho que nós vamos encontrar alguns problemas
286 com outros empreendimentos em bioma de Mata Atlântica em que essas áreas não
287 serão apresentadas num primeiro momento. Nós vamos ficar sem saber se realmente é
288 possível ou não essa compensação e conseqüentemente se o empreendimento é viável
289 ou não. Do nosso ponto de vista não haveria maiores prejuízos na baixa em diligência
290 para que o órgão ambiental atestasse se essas áreas são suficientes e estão aptas a
291 compensação ambiental. Essas são as nossas razões para tentar exigir que essa
292 compensação, possibilidade de compensação seja demonstrada na fase de licença
293 prévia. Muitas vezes a licença prévia é um pouco deixada de lado, porque não há
294 intervenção, não há dano ambiental efetivo, etc.. Eu, às vezes, escuto e na minha vida
295 profissional já escutei várias vezes, o argumento de que, olha, nós podemos
296 condicionar porque não haverá intervenção agora, mas nós estamos dando uma
297 certidão de nascimento para o empreendimento e estamos dizendo que ele é viável. Na
298 fase de LI ou de LO quando isso for rediscutido o empreendedor com todo o direito vai
299 dizer, não, essa fase está ultrapassada. Essa é a nossa posição. Por isso que eu estou
300 deixando bem claro porque eu venho exigindo isso na fase de licença prévia. Por mais
301 que na fase de licença prévia não tenha supressão. Segundo ponto é a questão da
302 publicação. A DN 13 de 95 estipula o seguinte: O pedido de licenciamento em qualquer
303 uma de suas modalidades, sua renovação e respectiva concessão serão publicadas no
304 Minas Gerais. Isso está no processo e em periódico regional ou local de grande
305 circulação na área do empreendimento. Esse já é o segundo empreendimento que nós
306 julgamos aqui que está no município de Passa Tempo. O empreendedor trouxe uma
307 declaração... Um documento dizendo que Passa Tempo não circula um jornal de lá.
308 Nós já excluiríamos essa questão do periódico local e passaríamos a discussão do que
309 viria a ser periódico regional. Já houve uma análise dentro de um processo de
310 licenciamento aqui, uma pré-análise, por parte de analista da SUPRAM, naquele
311 mesmo processo de Passa Tempo e naquele processo a publicação ocorreu num
312 periódico de Divinópolis e a manifestação na pré-análise foi no sentido de que a
313 regionalização de Passa Tempo seria Oliveira e não Divinópolis. Exatamente. Nesse
314 caso, o periódico em que foi publicado o pedido, é um periódico de circulação estadual,
315 todos conhecem, mas ele é de Belo Horizonte. Do nosso ponto de vista esse requisito da
316 publicação em periódico regional não foi cumprido. Nós não estamos aqui falando de
317 uma formalidade pura e simples. Nós estamos falando de uma formalidade importante
318 que é de levar a população local o conhecimento e a possibilidade de manifestar
319 democraticamente, acerca dos rumos dos processos de licenciamentos. Eu mesmo já
320 participei do processo de licenciamento em que uma audiência pública mudou
321 totalmente os rumos dos processos de deferimento para indeferimento ou vice e versa.
322 Muitas vezes nós inclusive temos uma visão do empreendimento e quando chegamos lá
323 verificamos que o empreendimento é muito bem visto pela sociedade e pode acontecer
324 também o contrário. Então, não é uma formalidade pura e simples que nós entendemos



325 que está sendo observado. Talvez seja uma das principais formalidades do processo de
326 licenciamento, garantia constitucional, princípio constitucional da publicidade que
327 deve nortear os atos da Administração Pública. O que nós estamos pretendendo não é
328 uma análise conclusiva de deferimento ou indeferimento, é só a baixa em diligência
329 para que o processo retorne com segurança jurídica, inclusive para o empreendedor,
330 evitando eventuais questionamentos. Essa é a manifestação.” – Francisco de Assis
331 Braga – Representante ABES – Ressaltou: “Gostaria de concordar com aquilo que o
332 Dr. Francisco colocou nos seguintes termos. Primeiro, eu concordo que a LP é a
333 licença mais importante. Dali para frente nós dizemos que o empreendimento pode ser
334 implantado. No momento em que eu falo sim ou não. Dito sim não volta mais. É
335 extremamente importante. Concordo também que é extremamente importante dar
336 publicidade. Não é formalidade. É permitir a sociedade manifestar-se a respeito e
337 tomar ciência do que vai acontecer nos seus territórios. A sociedade, às vezes, não sabe
338 o que está previsto, o que está para acontecer. É uma forma de dar oportunidade à
339 manifestação a quem se sentir afetado pela atividade proposta. Isso é extremamente
340 importante. Com relação à questão da compensação. O Dr. Francisco levanta uma
341 questão importante que nós não temos pensado nela. Eu tentei me recordar aqui,
342 porque administrativamente o pessoal da SUPRAM detém mais e depois eu gostaria de
343 ouvir. A questão da compensação como é que nós temos pedido em qual instância, se é
344 na LP, LI ou LO que nós colocarmos lá. Condicionante: Submeter à Câmara de
345 Compensação Ambiental e Instituto Estadual de Florestas a solicitação. Nós realmente
346 criamos uma situação aqui que o Dr. Francisco falou que pode ser importante, porque
347 se eu não tiver esse espaço, se for de vegetação, por exemplo, adequada e que se
348 adéque, como é que nós vamos conceder uma licença se depois, lá na frente, na hora
349 que cair na câmara de compensação, o processo não tem sequência ou não vai ter uma
350 sequência indesejável, porque nós não sabemos o que é ainda? Na verdade, o
351 empreendedor, me parece aqui, eu estou dizendo uma coisa... que ele propõe lá na
352 câmara de compensação, algumas opções que, de repente, são pautadas ou não. Nós
353 temos um caso típico aqui que dá para ver como que essa realidade pode ser difícil é a
354 compensação da MG 050, da Nascente das Gerais. A Nascente das Gerais vem
355 acumulando compensações, para todos que nos ouvem aqui, que atingem mais de 400
356 mil árvores atualmente pelas intervenções que são feitas à margem da rodovia. Aonde
357 isso vai ser feito? Como? Quando? Por quem? Vejam que a coisa está sendo
358 contingenciada lá. Está acumulando igual numa represa. O volume está só
359 aumentando. Não há. A empresa é dona de terrenos? Aonde ela vai fazer isso? Nós até
360 conseguimos uma solução que estamos sustentando da viabilidade que é um projeto que
361 nós temos no Alto São Francisco, chama SOS São Francisco, para fazer a
362 compensação em terrenos de terceiros, em áreas de preservação permanente, mas teve
363 que achar esse caminho. A compensação foi proposta na câmara de compensação e
364 parou lá. Vem outra intervenção na rodovia. Mais uma compensação cai lá. Mais
365 coisas dentro da caixa d’água dele que está só aumentando. Isso tem razão. Por isso eu
366 estou dizendo. Administrativamente falando dentro de um processo, talvez nós
367 tenhamos que refletir e repensar isso daí porque senão, nós vamos propor uma coisa
368 que depois não tem caminho. Não tem saída. Eu não sei como que nós faríamos e tal,
369 mas o caso da MG 050 é emblemático. Todo mundo que está sentando aqui tem
370 condições de entender o que eu estou falando. Propusemos para ele fazer aonde? Em
371 que lugar? Talvez essa questão precisa ser refletida. Eu passo ao pessoal da SUPRAM
372 para responder. Agora eu não sei se é o momento, eu tenho mais duas dúvidas em



373 relação a esse empreendimento. Eu concordo com o que o Dr. Francisco colocou. Está
374 dito aqui no parecer único: O rejeito será lançado em baias de sedimentação para a
375 recuperação da água em circuito fechado, ou seja, tem uma planta de lavagem de
376 beneficiamento de minério, a água vai descer para uma barragem, vai sedimentar na
377 barragem e vai ser captada novamente, retornar ao processo. Pelo que está dito isso
378 atende 50% da demanda e o restante dos 50% serão captados no corpo hídrico para
379 atender a lavagem. Com os sedimentos sendo removidos via escavadeira e colocado em
380 caminhões de transporte para disposição na pilha de estéril. A pergunta é a seguinte e
381 depois, talvez, o empreendedor ou o pessoal pode responder: O que nós temos
382 normalmente em mineração é a chamada barragem de retenção de rejeitos com saída
383 de água. Com saída d'água, ou seja, se chover muito, se tiver um problema, se chove
384 uma semana, 15 dias existe um vertedouro, a água sai. Esse daqui, pelo que eu entendi,
385 é fechado. É igual uma bacia de acumulação, vai sedimentando, vai enchendo d'água.
386 Eu pergunto, a dúvida é exatamente o seguinte: Não há risco de
387 transbordamento/rompimento no período chuvoso? Enquanto é barragem nós já temos
388 barragem que verte e ainda rompe. Verte, permite a saída e mesmo assim a chuva foi
389 tão grande, a bacia de captação foi tão grande que a barragem não aguentou, o
390 vertedouro não permitiu que a água saísse, rompeu tudo. Essa daqui, pelo que eu
391 entendi, não tem vertedouro. É uma bacia de acumulação que a água circula ali. Se
392 encher demais? Essa é uma primeira questão. A segunda está relacionada com o
393 escoamento do minério produzido. Eu vou ler aqui de novo o texto também. O
394 escoamento do minério a ser produzido nessa jazida deverá ser feito preferencialmente
395 pela estrada de Jacarandira. Através da qual pode acessar a rodovia asfaltada de MG
396 170 entre a cidade de Passa Tempo e Desterro de Entre Rios. Esse acesso é
397 considerado mais indicado porque evita o tráfego de caminhões dentro da cidade de
398 Passa Tempo. Uma vez alcançada a MG 170 pode tomar o sentido de Carmópolis de
399 Minas, a margem da 381 de onde se atinge as indústrias siderúrgicas da região de
400 Divinópolis, Itaúna e Sete Lagoas. Por outro lado, pode seguir pela MG 170 no sentido
401 de Desterro de Entre Rios, indo para o outro lado, até a BR 283 que dá acesso a
402 siderúrgica de Jeceaba e região. Então eu vou lá pro lado da 040. Eu venho para cá ou
403 eu vou para lá. A pergunta é a seguinte. Eu não vi o parecer técnico, não tive acesso a
404 todo o estudo ambiental. As estradas comportam o trânsito de caminhões pesados?
405 Quais as providências serão tomadas no sentido de segurança do trânsito e
406 manutenção das rodovias? Exemplo. Vou citar um exemplo para vocês entenderem o
407 que eu quero dizer. Alguém aqui conhece a estrada de Brumadinho que liga a BR 381 a
408 Brumadinho? Onde tem o Inhotim? Ali é uma estrada asfaltada, sem acostamento que
409 nós temos um tráfego intenso de caminhões de minério, ônibus para Inhotim e tudo
410 mais. A rodovia onde o trânsito é impossível, extremamente perigoso, arriscado, de
411 difícil manutenção. Eu não conheço as estradas lá. Eu estou perguntando se nós não
412 estamos criando essa situação nesse lugar aqui também. Foi feito esse estudo? Avaliou-
413 se o que vai acontecer na rodovia? A rodovia comporta? Tem acostamento? Se o
414 caminhão quebrar como é que faz? Essas são as perguntas. Primeiro a barragem de
415 contenção, se não há risco de rompimento, porque pelo que eu entendi não sai água e
416 segundo se foi estudado a rodovia e quais as providências que foram tomadas.
417 Sinalização, manutenção, quem vai dar manutenção? Somos nós cidadãos ou a
418 empresa vai contribuir na manutenção, na sinalização?" – Luís Fernando –
419 Representante da Empresa – Esclareceu: "Eu sou geólogo. Participei dos trabalhos de
420 pesquisas dessa jazida desde 2008, aproximadamente, e sou membro da equipe que fez



421 os estudos ambientais, que elaborou o EIA/RIMA, etc., fez o projeto de lavra,
422 participamos de todos esses estudos. Nós estamos aqui hoje, primeiro agradecer a
423 todos a oportunidade de fazer essa apresentação. Agradecer a todos os membros do
424 conselho e todos os presentes. Em nome da MML eu agradeço. As informações que nós
425 temos, com relação ao empreendimento, de forma rápida, é um empreendimento que
426 vai impactar uma área de 15,1 hectares. Ela tem área de apoio e ITM de pó estéril
427 incluindo as baias que foram mencionadas. As baias de decantação de minério é uma
428 área de 7,8 hectares. A área de lavra vai abranger uma área de 7,3 hectares. As
429 tipologias vegetais da área de lavra. Campo sujo. 4,3 hectares. Campo cerrado 3
430 hectares e a área de beneficiamento e a tipologia vegetal é de campo e cerrado no total
431 da área de 7,8 hectares. As informações básicas que o corpo técnico dessa área que
432 não é a minha área diz o seguinte. A vegetação na área de influência direta que é a
433 ADA são basicamente campo e cerrado e campo limpo. Não foram diagnosticadas na
434 área espécies endêmicas de campo rupestre, pois o substrato existente na área não é
435 campo ferruginoso sobre a canga encouraçada. Isso quer dizer o seguinte. Nessa área,
436 embora seja uma área de minério de ferro, ela não tem as mesmas características das
437 áreas que são conhecidas no quadrilátero ferrífero como área de canga, que tem uma
438 tipologia vegetal muito característica que hoje tem-se uma maior dificuldade e no
439 princípio considera-se que são áreas que tem uma maior dificuldade de compensação.
440 Não é o caso dessa área MML. As tipologias a serem afetadas apresentam com ampla
441 dispersão em torno da área do empreendimento sendo passíveis de compensação. Nós
442 consideramos que é passível. Nós trouxemos algumas fotografias só para ilustrar a
443 região. Não está muito claro ali, mas essa foto mostra parte da propriedade que a
444 empresa tem disponível para fazer essa compensação. São áreas com essas tipologias
445 que foram descritas. Uma outra foto. A seta indica ali a posição onde vai estar a pilha
446 de estéril e a instalação de beneficiamento com as baias de decantação nessa meia
447 encosta. Um detalhe. Não está muito nítido, mas um detalhe inclusive com uma fita que
448 foi demarcado o local onde foi feita a amostragem do inventário florestal. Uma outra
449 visão da área de lavra com a vegetação típica que tem na área. Mais um detalhe.
450 Inclusive com a fita onde feita a indicação do lote onde foi feito o inventário. Mais uma
451 vista da área de mineralização. É uma planta com a indicação da área de lavra. A área
452 de lavra é onde está marcado em roxo. Estão delimitados os bancos de lavra que não
453 atingem a grandes profundidades. É um projeto de lavra ainda quase que superficial.
454 Mais abaixo tem a área de beneficiamento com o pátio onde vão ser colocadas as
455 plantas de beneficiamentos. A área de baias. Onde vai ser feita a disposição de estéril.
456 Finalmente, aqui tem uma planta geral das propriedades que a empresa tem disponível
457 já na região. Ali, mais ao canto a direita abaixo tem uma parte que está marcada de
458 cor lilás que é exatamente onde vai ficar o empreendimento. A área com 15,1 hectares.
459 Mostrando a área de lavra e a área do beneficiamento. Esses limites de amarelo são os
460 limites das propriedades. Ali não está dando para nós vermos daqui, mas tem a
461 indicação inclusive do número da matrícula do registro de cada um desses imóveis. São
462 6 imóveis somando quase 300 hectares. Além dessas áreas, a empresa já adquiriu
463 outras áreas na região e que não estão aí porque elas não estão devidamente
464 registradas. Está ainda em processo de. Com relação a publicação nós trouxemos
465 inclusive anexado no processo um documento do prefeito em que ele manifesta o
466 interesse e o conhecimento da comunidade sobre esse empreendimento. Há muito
467 tempo que já vem sendo desenvolvidos esses trabalhos no município e a publicação não
468 foi feita no município porque lá não tem jornal. Como é de praxe nós publicamos



469 sempre no Jornal Hoje em Dia. Isso foi publicado no Jornal Hoje em Dia que em
470 princípio é um jornal de circulação em todo o Estado, inclusive tem distribuição em
471 Carmópolis, tem distribuição em Oliveira e em vários municípios do entorno. Passa
472 Tempo não tem banca de jornal. Nós não temos como afirmar se ele chega realmente
473 no município, mas provavelmente através de algum assinante ou de alguém que compre
474 esse jornal na cidade de Carmópolis. Onde ele chega tem distribuição regular através
475 de bancas. Nós estamos à disposição para qualquer dúvida. Agradeço.” – Camilo de
476 Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Solicitou esclarecimentos: “Nós
477 sabemos que o empreendimento está dentro daquela área demarcada do bioma Mata
478 Atlântica, mas pelo que eu puder ver, pelas fotografias e pelo que o senhor explicou a
479 região do empreendimento é cerrado. Cerrado e campo. Porque normalmente nessas
480 áreas de mineração de ferro tem. A minha dúvida é a seguinte. A área a ser substituída,
481 a ser dada como garantia é de Mata Atlântica ou vai ser igual a essa mata de cerrado?
482 Porque se for igual essa mata de cerrado que nós vimos, eu acho que não tem muito
483 problema não. Acho que teria um problema maior se fosse, se tivesse que ser de Mata
484 Atlântica. Se for igual ao que está lá, em volta tudo é igual.” – Não identificou –
485 Esclareceu: “A vegetação que vai ser suprimida pelo empreendimento é de cerrado e
486 campo. Agora, as áreas que a empresa tem disponível são todas dentro dessa mesma
487 tipologia de vegetação e que possivelmente nós vamos conseguir fazer essa
488 compensação que é de 30 hectares sem maiores dificuldades.” – Roberto Soares
489 Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias –
490 Solicitou esclarecimentos sobre as baias. “Eu estou tentando visualizar como isso é
491 construído e como isso funciona. Você poderia explicar sobre esse assunto. São baias
492 de concreto? Tem vertedouro? Como é que funciona exatamente? Como é que com os
493 excessos de água isso vai funcionar? A outra pergunta é o seguinte. Foi por acaso
494 estimado o número de exemplares circulantes do Jornal Hoje em Dia em Passa Tempo?
495 O senhor tem esse número ou isso foi feito?” – Não identificou – Esclareceu:
496 “Primeiro, com relação às baias. Esse é um procedimento que vem sendo utilizado em
497 pequenos empreendimentos de mineração como é este caso onde a demanda de terreno
498 ou de barragem da disposição de rejeitos são pequenos. Nós temos condição. O que
499 tem sido feito muito, já existem várias minas que operam dessa forma exatamente para
500 evitar a construção de barragens, que, às vezes, podem ser evitadas com o uso das
501 baias de decantação e posterior com a disposição do rejeito que foi decantado, foi
502 secado e levado para a pilha de estéril. O seguinte. Essas baias são escavações que são
503 feitas no terreno. Normalmente procuram um terreno aplainado, onde você faz várias
504 baias. A água com esse rejeito líquido vai passando de uma baía para outra. Ela vai se
505 decantando e clarificando. De modo que na última baía você já tem uma bomba que
506 recircula essa água com uma recuperação hoje já alcançada em torno de 80 e em
507 certos casos de até 90% dessa água. Ela reutiliza a água. Ela evita a captação de água
508 nova. É um procedimento que tem sido feito já em várias pequenas minas de minério de
509 ferro e que tem comprovado a efetividade desse procedimento. Quanto a questão do
510 jornal. Infelizmente não foi feito esse estudo, esse levantamento que o senhor
511 questionou. Isso normalmente, quando vamos fazer a publicação procura saber se na
512 cidade tem o jornal naquela cidade e não tendo nós publicamos no jornal de Belo
513 Horizonte. Isso é o que normalmente é feito. Ou no Estado de Minas ou no Hoje em Dia
514 que, em princípio, nós consideramos que são jornais de circulação no Estado todo
515 conforme afirma o próprio jornal. Em toda aquela região o jornal circula através de
516 distribuição que é feita na cidade através de Carmópolis e Oliveira.” – Wellington –



517 Representante SEAPA – Fez observações sobre as vias de acesso. “Provavelmente são
518 *caminhões pesados que vão passar lá. Pelo que eu vi, basicamente é uma comunidade*
519 *rural e as estradas vicinais, geralmente, são estreitas. Como foi feita esse alargamento,*
520 *qual que é o estudo? Porque nós temos que pensar no impacto ambiental não só lá no*
521 *local do empreendimento, mas sim em tudo que ele vai ser usado. Essas estradas. Como*
522 *é que foi feito o estudo. A questão de drenagem. O Camilo é fazendeiro e sabe. Quando*
523 *você alarga uma estrada ali faz o bigode para dentro das nossas pequenas*
524 *propriedades gera um tanto de transtorno. Foi feito algum estudo? Bacias de*
525 *contenção? A empresa que vai fazer isso? As vias? Quem vai dar essa manutenção?” –*
526 Não identificou – Esclareceu: “A empresa vem tratando desse assunto em conjunto com
527 a Prefeitura Municipal de Passa Tempo. Em princípio a estrada que vai ser utilizada é
528 uma estrada vicinal. Uma estrada municipal que dá acesso a localidade Jacarandira.
529 Naturalmente ela vai depender de alguns trechos que sofrerão melhorias. Tirar
530 algumas curvas que são apertadas. Fazer algum procedimento de controle de erosão.
531 Inclusive, essa estrada já foi feita recentemente pela Prefeitura em conjunto com as
532 empresas que estão na região, já foi feito um desvio porque ela não tinha acesso direto
533 a rodovia que liga Carmópolis a Desterro de Entre Rios sem passar pela cidade de
534 Passa Tempo. Para evitar que fosse necessário passar através das ruas da cidade eles
535 fizeram um desvio já nessa estrada. Isso já foi feito. É coisa de 2 anos atrás. Em
536 princípio é uma questão que já vem sendo tratada com a Prefeitura e a empresa.” –
537 Gilson - Funedi – Ressaltou: “O que o Dr. Francisco falou foi muito importante.
538 Normalmente nós não preocupamos tanto com a licença prévia igual está se
539 preocupando nesse projeto. Eu acho que isso é fundamental. Até por questão de
540 transparência com o empreendedor. O empreendedor nesse momento vai falar. Eu não
541 dou conta de fazer isso. Eu acho que a licença prévia tem que dar muita atenção a ela.
542 Ela que vai decidir se vai para frente ou não o projeto. As vezes nós passamos meio
543 batido nisso. Eu estou gostando da maneira que está se aprofundando em conhecer esse
544 projeto. O que foi apresentado até agora me parece, sem dados certos, mas me parece
545 interessante, mas só completa mesmo quando os técnicos da SUPRAM colocar para nós
546 o que eles viram nesse projeto. Está muito bom o procedimento nosso com relação a
547 esse empreendimento.” – Silvestre – SUPRAM ASF – Esclareceu sobre as estradas. “O
548 empreendimento está localizado próximo a outras empresas mineradoras que tem lá
549 que já fazem o escoamento do minério. Parte do minério vai no sentido Morro do Ferro
550 das outras empresas e essa já vai escoar para o sentido de Passa Tempo. As estradas,
551 nós trafegamos lá, foi em época de chuvas que nós tivemos lá. Tem um trânsito bom,
552 mas é claro que vai ter um aumento de caminhões nesse sentido. A empresa, pelo que
553 ela já falou aqui que juntamente com a Prefeitura eles estão providenciando isso. Com
554 relação a tipologia, o bioma, o empreendimento está inserido no bioma Mata Atlântica,
555 mas a tipologia lá é uma tipologia de cerrado mesmo que vai para cerradão, cerrado e
556 nas topografias mais altas campo sujo. Nós estivemos, promotor, na área do
557 empreendimento. Lá é cerrado. A questão de ser uma vegetação realmente não é aquela
558 vegetação que nós costumamos ver nas minerações do quadrilátero ferrífero. Até
559 mesmo porque a empresa na parte que ela tinha que justificar a ocorrência ou não de
560 cavidades, o estudo mostra que realmente o minério que tem lá é o magnetito. O
561 magnetito é mais resistente a solubilidade. Ele não é solúvel e não dá aquele terreno
562 típico de canga característico que tem no quadrilátero ferrífero. O que nós observamos
563 lá, realmente mesmo é um cerrado de campo sujo. Com relação a questão do
564 posicionamento da compensação ambiental eu acho que a Paula vai se manifestar aqui,



565 *porque ela tem um posicionamento que é institucional.” – Paula – SUPRAM ASF –*
566 *Esclareceu: “Esse pedido do Dr. Francisco também é um pedido que está muito bem*
567 *alinhado. Eu estive presente na reunião do COPAM da URC Sul de Minas e também fez*
568 *o mesmo pedido para a equipe da SUPRAM Sul. A SEMAD também já está se*
569 *preocupando com a questão da compensação florestal. Como eu falei para o próprio*
570 *empreendedor, eu entendo perfeitamente a posição do Ministério Público. Até porque*
571 *nós temos ambientes, situações que são muito peculiares e que dependem de uma*
572 *situação geológica para ter aquela tipologia característica em determinado local.*
573 *Como o Silvestre falou, diferentemente das cangas que nós temos muito no quadrilátero*
574 *ferrífero, a área dessa mineração especificamente é uma área distinta, que é uma área*
575 *de cerrado. Em relação as compensações, nós temos hoje 5 compensações distintas nos*
576 *processos de licenciamento. 4 delas são de compensação florestal e 1 compensação que*
577 *é a compensação financeira que é a compensação do SNUC. As compensações*
578 *florestais nós temos a compensação da 14.309 da Lei 14.309 que é a compensação para*
579 *as áreas de mineração. Ele tem que dar uma área do tamanho da área impactada pelo*
580 *processo de mineração dele. Nós temos a compensação da 369, da DN 76 que é a*
581 *compensação pela intervenção nas áreas de preservação permanente. Quando o*
582 *empreendedor intervém numa área de preservação permanente ele tem que recuperar*
583 *uma área de preservação permanente de igual tamanho aquela que foi intervinda. Nós*
584 *temos a compensação da 11.428 e da DN 73, que é essa que nós estamos discutindo*
585 *aqui hoje que é a compensação da Mata Atlântica. Quando o empreendedor faz a*
586 *intervenção no bioma Mata Atlântica, seja fitofisionomia cerrado, seja fitofisionomia*
587 *de Mata Atlântica ele tem que dar uma compensação de 2 para 1. Ele fez a intervenção*
588 *nesse caso em 15 hectares, ele tem que dar uma compensação em 30 hectares. Por fim,*
589 *nós temos a compensação da DN 114 que é uma deliberação específica para árvores*
590 *isoladas, que fala que conforme a espécie abatida eu tenho que dar uma compensação*
591 *em número diferenciado de 50 para 1, 25 para 1 dependendo de cada situação. A*
592 *compensação do SNUC, que foi imposta pela Lei 9.985 de 2000 é feita exclusivamente*
593 *pela Gerência de Compensação Ambiental que fica em Belo Horizonte sob*
594 *responsabilidade do IEF. O empreendedor faz o pedido de abertura de compensação e*
595 *encaminha esse pedido para essa gerência. Esse pedido foi discutido na reunião*
596 *passada, no processo da Mineração Calciolândia que para atestar que a compensação*
597 *foi fixada ele tem que assinar um termo de compromisso com o IEF e trazer esse termo*
598 *para nós e esse termo é publicado. Em relação às compensações florestais a única que*
599 *a SUPRAM faz é a compensação da DN 114. Nós fixamos a compensação e nós*
600 *escolhemos o local dessa compensação junto com o empreendedor achando*
601 *alternativas, que é o caso da Nascente das Gerais que nós tentamos encontrar uma*
602 *alternativa viável para que a compensação seja feita. No caso das outras compensações*
603 *florestais da Mata Atlântica e da intervenção em APP e da 14.309, estava tudo sendo*
604 *feito pelo núcleo de gerência, pela gerência de compensação ambiental. Número de*
605 *processos no Estado de compensação é muito grande e eles descentralizaram. Isso vai*
606 *ser feito agora pelos escritórios regionais. O Rodrigo aqui, supervisor do escritório*
607 *regional, nós conversamos muito depois do parecer de vistas do conselheiro para ver*
608 *qual seria o caminho que nós poderíamos utilizar para tentar viabilizar essa análise*
609 *dentro dos processos de licenciamento sem prejudicar a análise dos processos e em*
610 *qual momento que nós faríamos isso. Só a título de esclarecimento. A SEMAD junto*
611 *com o IEF está regulamentando quais são esses procedimentos através de uma*
612 *resolução. Essa resolução está em minuta já. Já está para a subsecretaria de regulação*



613 *opinar e uma das nossas sugestões foi de falar qual que seria esse momento. Além*
614 *desse acordo que está sendo feito entre a SUPRAM Alto São Francisco e o escritório*
615 *regional do IEF aqui existe também essa minuta que está para ser publicada em*
616 *relação a compensação da Mata Atlântica. Respondendo a pergunta do Francisco,*
617 *primeiramente. Em qual momento nós pediríamos a compensação. O momento ideal*
618 *para se pedir a compensação seria na licença prévia. Após a concessão da licença*
619 *prévia como uma condicionante. É o que nós temos feito de praxe. Pede na licença*
620 *prévia. Na licença de instalação nós avaliamos se essa condicionante foi cumprida ou*
621 *não foi cumprida. Em relação avaliar isso antes da concessão da licença prévia. Eu*
622 *entendo perfeitamente a questão da própria viabilidade, mas eu também penso,*
623 *tentando pensar também um pouco para o lado do empreendedor que sem o atestado do*
624 *órgão ambiental de viabilidade, como que ele iria adquirir essa área ou ter essa área?*
625 *Seria uma proposta inicial que nós avaliariamos dentro da licença prévia para que*
626 *fixação posterior fosse feita como uma condicionante de LP. Nós já teríamos essa área*
627 *previamente indicada, mas a proposta a ser apresentada pelo IEF ficaria como uma*
628 *condicionante. Como que nós vamos fazer isso? O que eu e o Rodrigo acordamos foi*
629 *que nós vamos fazer, quando for licença prévia, só licença prévia, a licença prévia*
630 *clássica, o empreendedor apresenta e nós fazemos essa avaliação prévia junto com o*
631 *IEF e condiciona a fixação a medida da compensação florestal para a concessão na*
632 *formalização da LI. Fica como uma condicionante, se ele não cumprir não tem como*
633 *nós darmos a LI. Quando for LP e LI concomitante nós vamos fazer isso no escopo do*
634 *processo de licenciamento já definindo qual que será essa área e trazendo para o*
635 *conselho já a área com o parecer técnico do IEF favorável para essa compensação.*
636 *Para a compensação da 11.428 que é o que foi repassado para o escritório regional.*
637 *Nesse caso, no caso desse processo especificamente, como já é uma licença prévia, uma*
638 *licença de instalação concomitante se o empreendedor apresentou a possibilidade*
639 *falando que ele já tem essas áreas e que não são áreas características, nós não vemos*
640 *prejuízo de condicionar essa questão uma vez que foi o primeiro processo que foi*
641 *trazido para o conselho com essas considerações. Como eu disse, a SUPRAM acha*
642 *totalmente pertinente. Existem algumas áreas que realmente nós não vamos conseguir*
643 *recuperar conforme a lei preconiza. Existem áreas que realmente nós temos que avaliar*
644 *a questão da compensação para atestar a viabilidade ambiental do empreendimento. A*
645 *proposta que a SUPRAM tem para fazer nesse processo especificamente é de nós*
646 *condicionarmos. Conforme nós condicionamos a compensação ambiental nós vamos*
647 *amarrar teoricamente o empreendedor através da apresentação dessa condicionante*
648 *para a concessão da licença de operação tendo em vista que ele já apresentou as*
649 *propostas. Nós não fomos a campo. Respondendo ao Alexandre sobre a nossa ida. Eu*
650 *queria só falar o seguinte, Alexandre. Infelizmente o objeto da análise do processo da*
651 *SUPRAM é o processo de licenciamento. Nós não fizemos as vistorias no entorno e nós*
652 *não poderíamos atestar também uma vez que a competência não é nossa. A proposta*
653 *que nós estamos fazendo é trabalhar em conjunto com aquele que é o responsável para*
654 *que nos próximos processos ele ateste e nós já tragamos essa informação para o*
655 *conselho. A equipe técnica da SUPRAM realmente não poderá se manifestar se a área*
656 *que o empreendedor apresentou tem a mesma fitofisionomia que a área que está sendo*
657 *intervinda.” - Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Solicitou*
658 *informações: “A questão das baías. Foi apresentado um projeto. Nós podemos*
659 *assegurar que não vai ter risco de transbordamento? Como que esse sistema funciona?*
660 *Porque eu sinceramente desconheço.” – Silvestre – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Além*



661 *das baias o empreendimento tem um projeto de drenagem pluvial também no qual está*
662 *contemplando toda a área do empreendimento. A possibilidade da água de chuva ir*
663 *para a barragem, se o projeto de água pluvial for instalado como foi apresentado, há*
664 *uma possibilidade só mesmo de água localizada. Isso é. Com relação as baias. Como é*
665 *uma sequência de baias ele vai fazer a limpeza delas. Parte dessa limpeza vai para a*
666 *pilha de rejeitos, parte dela vai ser usada em recuperação de estradas, manutenção.*
667 *Então, professor Francisco, se realmente o projeto de drenagem pluvial for implantado*
668 *como está no projeto e a manutenção for dada periodicamente, a possibilidade de*
669 *rompimento dessas barragens é mínima. É um compromisso que a empresa vai ter com*
670 *o conselho, conosco analistas, porque realmente os projetos foram apresentados.” –*
671 *Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Argumentou: “A minha*
672 *preocupação é no período chuvoso. A minha ideia é: vai secar, diminuir a umidade*
673 *para colher o material. Quando no período chuvoso essa secagem entre aspas vai ser*
674 *comprometida, porque a chuva vai continuar caindo. Às vezes não tem como entrar*
675 *com equipamentos, máquinas para remover porque o material está molhado, está*
676 *úmido. A máquina não sei. Essa é a minha preocupação. Fica aqui a dúvida dessa*
677 *questão. Com relação às estradas. As estradas de acessos. Foi dito pelo representante*
678 *técnico da empresa que vai haver um trabalho de parceria com a Prefeitura Municipal.*
679 *Eu apresento uma sugestão para nós resolvermos essa terceira questão que seria o*
680 *seguinte. Apresentar proposta de plano para conservação e manutenção de estradas*
681 *vicinais de acesso a mineração. Foi dito pelo técnico. Está gravado que é mineração.*
682 *Não foi dito aqui? Nós não ouvimos? Não sou eu quem estou dizendo. Foi dito que a*
683 *mineração vai trabalhar em parceria com a Prefeitura para fazer a manutenção e*
684 *conservação da estrada. Eu estou pedindo aqui. Eu não posso exigir que esse convênio*
685 *seja feito, mas foi dito pelo técnico. Nós estamos afirmando um compromisso aqui que*
686 *a empresa apresente um plano de conservação e manutenção. Pode ser em parceria*
687 *com as outras minerações, pode ser em parceria com a Prefeitura. Eu acho que deveria*
688 *reunir todos que fazem uso dessa estrada vicinal que passa no município e ajudar no*
689 *plano de conservação e manutenção das estradas. Neste momento não passam*
690 *caminhões dessa mineração. A partir do momento que eu crio essa atividade*
691 *impactante, gero aspecto ambiental, se quiser que tecnicamente eu digo a empresa tem*
692 *que mitigar esse impacto ou não? É responsabilidade dela ou minha?” – Não*
693 *identificou – Afirmou: “Então, a empresa tem a obrigação técnica de apresentar uma*
694 *solução mitigadora de impacto de uma área pública. A estrada é pública. Cabe sim*
695 *senhor que ela apresente um plano de manutenção e conservação de estrada, que seja*
696 *com a Prefeitura, que seja com as outras minerações, mas o que estou propondo é*
697 *cabível.” – Wellington – Representante SEAPA – Ressaltou: “Em relação a licença*
698 *prévia. Paula, eu concordo com tudo que você falou, menos quando você diz que nós*
699 *vamos onerar mais o empreendedor. Há um risco. Para fazer uma pesquisa ele não*
700 *gastou tanto. Eu acho que ele teria sim que ter a área antes de pedir a licença prévia*
701 *que pode ter um custo, mas não é um custo tão elevado. Qual é o custo de pesquisa*
702 *minerária? Menos de 10 milhões. Qual é o custo de 1 hectare na região? Nós estamos*
703 *sempre querendo tirar pouco do custo ambiental. O custo ambiental é muito grande. Eu*
704 *concordo com tudo que você falou. Acho que realmente, principalmente a questão*
705 *institucional nós temos que seguir algumas coisas, mas eu acho que a licença prévia,*
706 *para mim, seria muito mais garantida e mais fácil voltar com a coisa garantida, porque*
707 *até mesmo o produtor, ainda mais que ele já tem também as áreas, mas eu acho que*
708 *essa questão teria que ser tratada assim. Quer começar um empreendimento? Quantos*



709 hectares quer? 15? Então tem que comprar 30 igual para você poder antes de começar
710 o empreendimento, porque é um custo a mais. Ele vai saber. Ele não vai correr esse
711 risco. Esse é o meu pensamento. Em relação às estradas, eu estou de acordo com o
712 Francisco. A estrada é pública, mas ela foi construída para uma certa demanda. A
713 partir do momento que começa uma demanda extra dela para um empreendimento que
714 não é público, o empreendimento no caso é particular, ele tem sim, não obrigação de
715 manter a estrada como um todo, mas acho que se fizer um convênio e firmar. Eu acho
716 que Prefeitura nenhuma vai se furtar a isso. Acho que as próprias empresas também
717 não vão. Porque você acha que é interesse da empresa que a estrada acabe? Onde é
718 que ela vai passar os caminhões? Quer dizer, eu acho que realmente tem toda a razão o
719 Francisco que a coisa é pública, mas até para passar a minha caminhotezinha, passar
720 o leite do Camilo, mas não é para passar um caminhão de minério.” - Francisco de
721 Assis Braga – Representante ABES – Complementou: “Técnicamente falando a
722 economia de recursos naturais, nós chamamos de externalidade. Muitas vezes as coisas
723 são baratas porque parte dos custos inerentes ao processo é externalizado para o
724 conjunto da sociedade. Por isso o custo operacional é barato. Agora, se eu joga isso
725 para dentro da minha planilha de custo que eu preciso manter a minha estrada, eu vou
726 internalizar um custo que eu estou externalizando em conjunto com a sociedade. É
727 perfeitamente viável. A internalização de externalidades ambientais.” – Adauto –
728 Representante SEDE – Observou: “Essa internalização tem que ser colocada
729 justamente no estudo prévio, porque quando chegar na LO e nós vemos que ele tem
730 que fazer um projeto gigantesco para essa estrada ou qualquer outro tipo, aí sim, ele
731 vai estar onerado. Ele vai descobrir que é inviável o empreendimento financeiramente.
732 O estudo de viabilidade ambiental é justamente para isso. Quanto à publicidade eu
733 gostaria de sugerir para vocês para que nós pacifiquemos, que nesses locais onde não
734 tem a circulação de periódicos, que o empreendedor adquira esses exemplares e
735 distribua ou então, faça uma audiência pública para dar publicidade a qual nós
736 desejamos. Panfleto não. Jornal mesmo. Ou pode até ser um mais barato do que o
737 próprio Hoje em Dia. Mesmo que seja em Belo Horizonte mesmo, por exemplo, ou o
738 Super aqui, que é 25 centavos. Dá publicidade, adquira esses exemplares e distribui na
739 cidade.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS –
740 Concordou: “Eu concordo, mas o que eu acharia mais interessante, Paula. Nos outros
741 empreendimentos que foram feitos para frente, que é como o professor Francisco falou,
742 tem de ver como que está funcionando e como que vai funcionar. Você marcou o que
743 você quer não é demais. Eu acho que nesse caso, principalmente no estudo, deveria ter
744 a audiência pública pelo o seguinte. A maioria dessas perguntas que nós fizemos aqui
745 são cabíveis na audiência pública e já vinha para aqui solucionadas. Nós sabemos
746 também que em audiência pública não adianta nada, mas a grande maioria tem. Apesar
747 da população não pedir essa audiência pública, eu acho que nesses projetos que são
748 mais polêmicos ela devia entrar sim. Essa audiência pública vai esclarecer muito para
749 a população.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do
750 Entorno da Represa de Três Marias – Observou: “A respeito desse assunto da
751 publicação. Eu acho que existem meios e modos de nós sanarmos o problema. Consulta
752 é para o jurídico e perguntei ao técnico se tinha sido levantado o índice de divulgação
753 periódica em Passa Tempo e tudo e ele não soube explicar. Eu acho que nós
754 poderíamos colocar nesse processo uma condicionante pedindo essa verificação e caso
755 não se comprove uma devida publicação haveria a necessidade da chamada uma nova
756 audiência pública. Eu não sei se isso seria pertinente e juridicamente viável. Agora eu



757 quero lembrar o seguinte: O relatório técnico nos induziu ao erro aqui que eu já
758 reclamei com o Jorge antes da reunião. Ele fala que foi publicado o chamamento da
759 coisa, mas não explica que não houve nenhuma manifestação que circulou em autos e
760 nós só descobrimos pelo relatório de vistas do Ministério Público e isso nos induziu a
761 tranquilidade que estava tudo tranquilo. Quando devia ter colocado que não houve a
762 audiência porque não houve nenhuma manifestação. A atuação dos conselheiros seria
763 diferente. Nós não recebemos a informação adequada para poder julgar esse tipo de
764 coisa.” – Vilma – SUPRAM ASF – Assegurou: “Eu entendo que a publicidade foi dada
765 devidamente, porque? A norma fala que caso não haja jornal local a publicação tem
766 que ser feita em jornal de circulação regional. Em jornal regional. No caso, em Passa
767 Tempo realmente não há circulação direta de nenhum periódico, mas em Oliveira e
768 Carmópolis já foi comprovada no próprio site do jornal consta que circula em Oliveira
769 e Carmópolis. A publicidade regional foi dada. Como Carmópolis e Oliveira estão
770 muito próximos de Passa Tempo, eu entendo que a publicidade foi dada. Agora, com
771 relação à inclusão de condicionante já é prerrogativa do próprio conselho. Eu entendo
772 que não é viável, porque a publicidade já foi dada desse o início do processo.” –
773 Francisco – Representante Ministério Público – Fez uma observação: “Eu ouvi
774 atentamente os posicionamentos. Fico até feliz do parecer ter fomentado a todas essas
775 discussões e eu imaginava que isso aconteceria. Eu gostaria de reprimir alguns pontos
776 agora sob uma ótica um pouco diferente. A primeira coisa é externando aqui quais
777 foram os motivos que levaram o Ministério Público a passar a cobrar esse tipo de
778 compensação antes da expedição da licença prévia. Eu quero reforçar antes porque eu
779 vou chegar daqui a pouco nesses motivos. Paula, eu queria te fazer uma pergunta e isso
780 eu sei que faço a você porque você é a maior representante da SEMAD na reunião. As
781 compensações de Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais, embora condicionadas
782 nos processos de licenciamentos, vêm sendo efetivamente implementadas no nosso
783 Estado?” – Paula – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Não. Os processos foram abertos e
784 nós estamos esperando a publicação dessa resolução conjunta para o
785 procedimentalizar e começar a aplicação da compensação florestal.” – Francisco –
786 Representante Ministério Público – Complementou: “Os senhores perceberam o porquê
787 que o Ministério Público passou a cobrar essa compensação da Mata Atlântica para
788 que seja avaliada antes da licença prévia? Nós discutimos aqui a inclusão de
789 condicionantes e condicionante é perigoso. As licenças são expedidas, LP. Atestamos a
790 viabilidade e o empreendimento nasceu. LI e LO são meras consequências da LP. São
791 diuturnamente expedidas LP’s, LI’s e LO’s condicionando com a compensação da
792 Mata Atlântica e até hoje nenhum hectare foi compensado no Estado de Minas Gerais
793 ou para não ser injusto, talvez poucos hectares. O fato é que a compensação não vem
794 sendo cumprida. Cabe a nós concedermos licenças reiteradamente em todas as
795 reuniões com base nesse tipo de condicionante que não vem sendo cumprida? Antes de
796 adotar esse posicionamento nós tivemos esse cuidado. É o motivo da nossa intervenção.
797 A segunda coisa. Quando eu falo que condicionante é perigoso, numa analogia
798 bastante grotesca. O termo é esse. Eu comparo inserção de condicionantes que na
799 verdade deveria preceder a expedição de licença a seguinte exemplo. Todos nós, ou
800 quase todos, temos Carteira Nacional de Habilitação. A partir do momento que eu
801 tenho a Carteira Nacional de Habilitação eu fico habilitado a dirigir em todo o
802 território nacional, certo? Condicionar a expedição da minha carteira de habilitação,
803 ou seja, já com a minha carteira em mãos que eu faça posteriormente o exame de
804 direção é algo razoável? Eu tenho a carteira de habilitação, posso dirigir em todo o



805 território nacional só que na minha carteira de habilitação tem a seguinte
806 condicionante: O senhor pode dirigir 30 dias, mas nesses 30 dias o senhor tem que
807 fazer o exame de vista. Em 30 dias eu posso causar um acidente porque eu não enxergo
808 nada. A analogia é grotesca, mas é exatamente isso que significa a inclusão de
809 condicionantes relativas a estudos que devem preceder a licença. Professor Francisco,
810 o senhor havia se retirado. Eu gostaria que o senhor, até por ser um professor e por ter
811 atuação nessa área. Eu fiz uma pergunta a Paula se as compensações da Mata
812 Atlântica, embora condicionadas em várias licenças, estão sendo efetivamente
813 cumpridas no Estado de Minas Gerais. A resposta foi de que não. Esse é o motivo pelo
814 qual nós estamos exigindo isso antes da concessão da licença prévia. Condicionar
815 depois da expedição da licença prévia significa dizer que o empreendimento é viável.
816 Se depois dessa condicionante for impossibilitada de ser cumprida, nós vamos fazer o
817 que? O empreendedor vai dizer que essa fase está superada. Eu já tenho a minha
818 carteira de habilitação na minha mão e posso dirigir em todo o território nacional. São
819 esses os motivos pelos quais nós entendemos que isso não pode ser condicionado. A
820 análise tem que ser prévia. Condicionante é estar aqui a sua licença agora, durante um
821 tempo monitora os ruídos, monitora os efluentes atmosféricos, aí sim, natureza jurídica
822 de condicionante. Agora, postergar a apresentação de estudos que devem anteceder a
823 expedição da licença é subversão da lógica do sistema ambiental. Além disso,
824 remanesce a dúvida quanto a questão da publicidade. O fato é que mesmo havendo a
825 distribuição, gostei da ideia de distribuição de periódicos ou havendo a audiência
826 pública a posteriori, nós vamos cair na mesma situação. Ele já terá a licença prévia em
827 mãos. Se nessa audiência pública forem ventiladas diversas, inúmeras questões que de
828 repente gerariam nosso convencimento para a inviabilidade ambiental do
829 empreendimento? Nós vamos revogar a licença – Não identificou – Complementou:
830 “Outra palavra que também foi mencionada pelo professor Francisco com relação à
831 pergunta que ele fez na questão das baías e etc.. A finalização da manifestação dele,
832 corrija-me se eu estiver errado, foi, fica a dúvida. Dúvida em matéria ambiental se
833 resolve pelo princípio da precaução. Não é pagar para ver. Dúvida em matéria
834 ambiental tem que ser esclarecida. Após o esclarecimento aí sim, nós vamos julgar com
835 segurança. Questão dos impactos indiretos gerados pelo empreendimento. Eu acho
836 absolutamente desproporcional a ideia de que o empreendimento minerário que chega
837 em uma cidade e que vai gerar ali um incremento pela demanda pelo serviço público,
838 saúde, educação, geração de lixo, etc. seja imputada somente ao poder público. É óbvio
839 que isso é impacto indireto do empreendimento e ele tem que adotar medidas
840 mitigadoras. Uma comunidade que está acostumada a tratar a saúde da população num
841 posto de saúde, porque a sua população é de 2 mil habitantes, de repente vai ter um
842 incremento populacional de 500 mil que repercute em 30, 40% da população local.
843 Concordo perfeitamente com o professor, com o Wellington, enfim. O fato é que diante
844 de tudo que eu disse cabe ao conselho resolver pela segurança ou pela insegurança
845 jurídica do procedimento. Não estou aqui manifestando pelo deferimento ou
846 indeferimento. Estou querendo que todas essas questões sejam equacionadas para que
847 nós julguemos com tranquilidade. É só isso. Para que todas as informações corretas,
848 completas, adequadas, integrais cheguem ao nosso conhecimento para que aí sim, eu e
849 o Francisco possamos dizer que estamos satisfeitos para julgar e para que nós não
850 precisemos, num caso como esse em que as dúvidas podem ser sanadas, ficarmos nos
851 manifestando por abstenção, quando nós poderíamos nos manifestar pelo deferimento
852 do empreendimento. A questão é de custo benefício. O que isso repercute no universo



853 do conselho ambiental? 30, 60, 90 dias para que o processo chegue adequadamente
854 para que nós possamos julgar. Para que a LP chegue para o julgamento com a
855 finalidade dela que é de atestar a viabilidade ambiental e de dar a carteira de motorista
856 e falar: Você enxerga bem? Se não enxerga você tem que utilizar lentes corretivas, você
857 dirige bem e está aqui a sua capacidade de dirigir no território nacional. É só isso que
858 eu pretendo com a baixa em diligência. Já deixando consignado que não havendo a
859 baixa em diligência, não tenho outra alternativa se não votar pelo indeferimento que
860 me parece que essas questões são insuperáveis e podem ser superadas se houver a
861 baixa em diligência. Obrigado.” - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da
862 URC Alto São Francisco – Esclareceu: “Senhores conselheiros, eu acredito que tem
863 alguns assuntos, alguns itens que eu posso até dar a minha opinião também na questão
864 da compensação florestal. Nós sabemos que estão com pendência lá na gerência de
865 compensação. A quantidade é muito grande. A demanda é alta. O número de técnicos
866 realmente hoje é um pouco baixo. Há um atraso sim dessa compensação. Outras
867 compensações florestais há várias delas que foram compensadas sim. Inclusive na
868 SUPRAM Sul de Minas nós lá, praticamente todas são compensadas, já estão
869 compensadas, mas é lógico que há sim uma demanda alta. O problema é o seguinte:
870 Para exigir que ele já apresente a área já na gerência de compensação nós vamos ter
871 que exigir um protocolo deles. Eu acredito que seria mais sensato. Outra questão é da
872 barragem. Eu acho que pelo que foi colocado pelo Silvestre, a questão da água pluvial
873 tem o sistema bem adequado, não estou vendo problema quanto a isso, mas a questão
874 da publicação no diário realmente ficou na dúvida. Já que essa dúvida persistiu, eu
875 estou achando melhor nós baixarmos em diligência para averiguação dessas dúvidas e
876 aproveitando já dirime as outras que ficaram alguma coisa para trás.” O processo foi
877 **BAIXADO EM DILIGÊNCIA.** – Não identificou – Posicionou-se contrário: “Senhor
878 presidente, teria que ficar consignado. Sou contra essa baixa em diligência. Já está
879 baixado, não tem jeito mais, mas eu acho que o conselho mediante essa discussão toda
880 tinha plena condições de fazer a votação do processo. Ou pelo indeferimento ou pelo
881 deferimento e o empreendedor que corresse o risco.” – Gilson – Representante
882 FUNEDI – Também posicionou-se contra: “Eu queria, respeitando a presidência, eu
883 acho que realmente foi uma atitude um pouco precipitada. Eu acho que foi uma
884 discussão muito boa até agora. O que ficou preso foi só a questão da publicação. Eu
885 acho que isso nós poderíamos tentar mostrar ainda ou então colocar em votação. Está
886 feito, tudo bem.” – Marcos Veloso – Representante CREA – Também foi contra: “Eu
887 também discordo dessa decisão, apesar de respeitá-la, quanto essa baixa em diligência
888 sem que nós fôssemos consultados, em que houvesse alguma votação, porque pode
889 estar havendo uma penalização em função de dúvidas nossas que poderiam ser
890 resolvidas.” - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
891 Francisco – Esclareceu: “Senhores conselheiros, a prerrogativa é minha. Entendo,
892 registro essas observações. É igual eu coloquei. O que acontece é o seguinte: O que
893 ficou, a meu ver, que realmente me causou dúvidas e eu acredito que é dúvida de vários
894 conselheiros. Eu acho, não quero colocar esse processo em votação com essa dúvida.
895 Por isso eu acredito que nós estamos aqui, a secretaria executiva está aqui para
896 auxiliar vocês para que não votem nada com uma dúvida que realmente existe, porque
897 os outros itens nós conseguimos dirimir aqui. Pelo que nós, é lógico que tem votos a
898 favor e contra só que nós conseguimos dar um andamento bom. Esse item específico
899 acredito que realmente ficou a dúvida e eu não posso deixar que vocês votem esse
900 processo dessa forma, por isso eu baixei em diligência.” – Marcos Veloso –



901 Representante CREA – Observou: “*Senhor presidente, eu quero reiterar. Eu disse*
902 *apesar de concordar com a sua decisão eu discordo da forma que foi tomada. Eu acho*
903 *que deveria haver a votação, mas concordo com a sua decisão porque o senhor tem*
904 *direito a isso.*” – Paula – SUPRAM ASF – Esclareceu: “*Conforme o novo regimento*
905 *interno do COPAM a baixa em diligência é decisão exclusiva do presidente. Não cabe*
906 *colocar em votação o pedido de baixa em diligência. O conselho realmente não tem*
907 *como opinar na decisão da presidência nesse caso. É uma prerrogativa dele. Não tem*
908 *que colocar em votação.*” – Adauto – Representante SEDE – Complementou: “*In dubio*
909 *pro natura*” com certeza que a prerrogativa é do presidente, mas que os
910 *empreendedores e, principalmente os profissionais de meio ambiente que atendem esses*
911 *empreendedores, façam a leitura do que acontece no conselho, do que acontece no*
912 *sistema. Essas dúvidas não poderiam ou não deveriam chegar aqui. Se isso estivesse*
913 *sido esclarecido nos estudos ambientais. O estudo de viabilidade financeira*
914 *averiguasse a viabilidade ambiental e principalmente o custo ambiental não só de*
915 *licenciamento, mas inclusive da compensação disso, isso já estaria equacionado. A*
916 *SUPRAM também não precisaria emitir um parecer de indeferimento para nós*
917 *acompanharmos o parecer de indeferimento dela. Esse conselho não seria de reter ou*
918 *de impedir esse licenciamento. Quem deveria impedir licenciamento são os estudos*
919 *ambientais e os profissionais ambientais contratados. Nós só iríamos acompanhar os*
920 *estudos e acompanhar o parecer da SUPRAM. – Não identificou – Só uma palavrinha*
921 *para terminar que nós já vamos fechar esse processo. Eu gostaria que ficasse a*
922 *sugestão para a equipe técnica daquilo que eu falei. A inclusão de uma condicionante e*
923 *vocês vão avaliar. Apresentar programa para a manutenção e conservação de estradas*
924 *vicinais de acesso a mineração.*” – Francisco – Representante Ministério Público –
925 *Sugeriu: “Parece que compensação da 36 da Lei 14.309 não foi inserida. Parece que*
926 *tem duas do SNUC e na verdade deveria ter uma do SNUC e uma dela. Só conferir.” –*
927 Sônia – SUPRAM ASF – Esclareceu sobre a discussão da publicação. “*Eu só queria*
928 *pedir ou até ver com o representante do Ministério Público qual é a posição. Numa*
929 *cidade como Passa Tempo, que não tem esse periódico jornal, se considera também*
930 *uma publicação no jornal da câmara, caso tenha. Publicidade por analogia como no*
931 *judiciário, órgão público, na Prefeitura. Do ponto de vista nosso, do jurídico da*
932 *SUPRAM nós consideramos que isso também poderia suprir o periódico, o jornal*
933 *mesmo. Eu queria ver a opinião do representante do Ministério Público que levantou*
934 *essa questão no relatório de vistas.*” – Francisco – Representante Ministério Público –
935 *Sugeriu: “O que eu penso é que havendo dúvidas em relação à publicidade, eu acho*
936 *que o próprio empreendedor pode se dispor a fazer a audiência pública, porque essa*
937 *questão fica solucionada. Qual é o principal objetivo da publicação? Realização da*
938 *audiência pública possibilitando a participação popular. A audiência pública talvez*
939 *seja hoje o instituto mais democrático para que as pessoas possam se manifestar a*
940 *respeito do licenciamento. Embora a SUPRAM também possa receber manifestações,*
941 *enfim, por escrito, mas eu acho que haveria dúvida para a realização de uma audiência*
942 *pública, porque nele não existirá dúvida futura de que se tivesse havido a publicação*
943 *adequada, será que teria havido o pedido de audiência pública? A dúvida é só essa. O*
944 *que eu acho que geraria maior segurança seria a realização de uma audiência pública*
945 *espontaneamente talvez.*” – **Item 6. Processo Administrativo para exame de**
946 **Revalidação da Licença de Operação: 6.1 Rio Branco Alimentos S/A. -**
947 **Incubatório - Pará de Minas/MG - PA/Nº 01058/2005/001/2011 - Classe 4.**
948 **Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Edécio**



949 **José Cançado Ferreira, representante da FAEMG, Camilo de Lélis André**
950 **Melo, representante da FEDERAMINAS e Alexandre Ferreira, representante da**
951 **FIEMG.** – Alexandre Ferreira – Representante FIEMG – Informou: “*Como nós*
952 *constatamos que realmente existem condicionantes que ou não foram cumpridas ou*
953 *foram cumpridas fora do prazo, nós concordamos com o parecer único da SUPRAM e*
954 *somos pelo indeferimento.*” – Adriano Soares – Gerente de Meio Ambiente da Rio
955 Branco Alimentos – Esclareceu: “*Bom dia a todos! Conforme o parecer da SUPRAM o*
956 *processo de revalidação da LO está sendo indeferido tendo em vista a empresa ter*
957 *apresentado um desempenho ambiental insatisfatório. Em especial o não cumprimento*
958 *de algumas condicionantes. O que a empresa tem a dizer é que hoje em dia a empresa*
959 *está com 100% das condicionantes cumpridas. Eu gostaria até que depois a fiscal*
960 *explicasse um pouco melhor essa questão das condicionantes, mas que a empresa está*
961 *com 100% das condicionantes cumpridas. Com relação à estação de tratamento de*
962 *efluentes, que é a nossa ETE, a empresa possui histórico de monitoramento*
963 *protocolado dos últimos 3 anos. Isso não foi citado no parecer ambiental. Sendo que*
964 *todos os resultados estão atendendo aos padrões da deliberação normativa do*
965 *COPAM, Conselho Regional de Recursos Hídricos a número 1 de 2008. Nós fazemos a*
966 *pergunta. Será que em 3 anos de monitoramento em uma estação de tratamento de*
967 *efluentes não é possível avaliar o desempenho ambiental dessa estação? Outro ponto*
968 *que nós gostaríamos de citar também é quanto ao monitoramento dos resíduos sólidos*
969 *que a empresa possui histórico de monitoramento protocolado na SUPRAM nos últimos*
970 *4 anos. A empresa ressalta também que esse monitoramento foi protocolado*
971 *espontaneamente, porque isso não havia sido solicitado na condicionante, mas a*
972 *empresa como tem o procedimento e outros empreendimentos que tenham de protocolar*
973 *esses monitoramentos, ela achou por bem também estar protocolando esse*
974 *monitoramento. Nós fazemos a pergunta. Será que em 4 anos de monitoramento de*
975 *resíduos sólidos não é possível avaliar um desempenho ambiental do empreendimento?*
976 *Quanto ao monitoramento aqui voltando e falando do monitoramento da estação de*
977 *tratamento de efluentes. A empresa reconhece que não cumpriu no período de 2007 a*
978 *2009 o monitoramento da estação. Com isso ela foi penalizada já agora recentemente*
979 *na revalidação da licença com a lavratura do auto de infração sem a constatação da*
980 *poluição ambiental. A partir de 2010 a empresa vem protocolando sistematicamente os*
981 *resultados de monitoramento da estação. Algumas divergências no parecer também que*
982 *a empresa gostaria de citar que não foi citado no parecer todos os monitoramentos da*
983 *estação. Quanto à destinação dos resíduos incubatórios que a empresa gera que são*
984 *resíduos de restos de nascimento de pintinhos, essas coisas, o parecer técnico também*
985 *está equivocado. Nós entendemos que o parecer técnico está equivocado, porque a*
986 *instrução normativa do Ministério da Agricultura, que é a 8 de 2004 do MAPA, proíbe*
987 *a destinação desses resíduos incubatórios somente para ruminantes. Esse material nós*
988 *enviamos para alimentação de suínos. Nós destinamos para alimentação de suínos e os*
989 *suínos não entram no grupo de ruminantes. Ruminantes nós entendemos como bovinos,*
990 *caprinos e outros animais. Não existe restrição técnica para o envio desses resíduos*
991 *incubatórios para alimentação de suínos. Quanto ao consumo de água da empresa*
992 *também, a empresa possui hidrômetro no reservatório central e faz a medição semanal.*
993 *A empresa adota o sistema de redução de água e o que a empresa utiliza de água está*
994 *dentro do permitido pela outorga. Avaliando esses assuntos a empresa gostaria de*
995 *ressaltar também que acabou que houve um equívoco por parte da empresa também e*
996 *também passou despercebido pelo órgão ambiental, que o empreendimento hoje está*



997 ancorado na classe 2 passível de Autorização Ambiental de Funcionamento. A
998 capacidade de incubação de ovos é 2.850 ovos por mês. O porte, o potencial poluidor
999 da Deliberação Normativa 74/2004 para essa atividade, o potencial poluidor geral é
1000 pequeno e o porte do empreendimento é médio. O empreendimento atualmente é
1001 passível de Autorização Ambiental de Funcionamento. A empresa vem fazer o pedido,
1002 não sei se seria esse o termo técnico que eu iria falar, nós só pediríamos, se fosse
1003 possível, que ao invés do arquivamento, do indeferimento do processo, o processo da
1004 empresa fosse arquivado e que a empresa entraria hoje mesmo com a Autorização
1005 Ambiental de Funcionamento para estar resguardando a legalidade do
1006 empreendimento. Obrigado.” – Alexandre Ferreira – Representante FIEMG –
1007 Esclareceu: “Nós pedimos vistas ao processo e fizemos vistas ao processo. Não foi feita
1008 vistoria. Pelo que consta no processo nós concordamos com o parecer da SUPRAM.” –
1009 Paula – SUPRAM ASF – Esclareceu ainda: “O processo já está em julgamento. O
1010 julgamento tem que ser mantido e nós não podemos trocar agora o indeferimento por
1011 arquivamento. Até porque as razões para arquivamento é ausência, é a falta de entrega
1012 de informações essenciais para a análise do órgão que não é o caso. Nós tivemos
1013 elementos suficientes para chegar a conclusão que nós chegamos de indeferimento. São
1014 dois instrumentos distintos. Nesse caso não cabe o arquivamento.” – Amilton Ferri
1015 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os
1016 esclarecimentos colocou em votação o processo 6.1 e foi **APROVADO. LICENÇA**
1017 **INDEFERIDA. - Item 7. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia:**
1018 **7.1 J.G.S.A. Serviço Reciclagem e Aproveitamento Industrial Ltda. - Reciclagem**
1019 **ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados -**
1020 **Itaúna/MG - PA/Nº 04172/2012/001/2012 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF.**
1021 – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Solicitou correção na
1022 condicionante 5. “Formalizar processo de APEF junto ao órgão ambiental competente
1023 a fim de completar a área de reserva legal. É esse termo mesmo? Formalizar processo
1024 de APEF? Não seria processo de correção de demarcação da reserva legal? Entra é
1025 com o processo de APEF mesmo? A segunda questão é se é esse termo mesmo ou se
1026 precisa corrigir a condicionante. Se está redigida corretamente. A segunda, a reserva
1027 legal está cercada? Caso contrário, solicitar o cercamento.” – Francisco –
1028 Representante Ministério Público – Manifestou sobre a condicionante. “Não sei se seria
1029 outra condicionante ou complementar essa exigindo a efetiva averbação da
1030 complementação, porque eu acho que não constou. Se puder complementar ou nessa
1031 condicionante ou sugerir outra.” – Estela – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Em relação
1032 ao cercamento da área ela encontra cercada. A reserva legal.” – Francisco –
1033 Representante Ministério Público – Solicitou informações sobre o AVCB. “Se não tiver
1034 é o caso de possibilitar a condicionante, porque o empreendimento ainda não está em
1035 operação. É licença prévia.” – Estela – SUPRAM ASF – Informou que não havia
1036 AVCB. – Não identificou – Sugeriu a inclusão da condicionante solicitando AVCB. –
1037 Vilma – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Com relação ao prazo para poder apresentar a
1038 averbação da reserva legal, nós vamos ter que colocar em outra condicionante mesmo,
1039 porque ele tem 60 dias para formalizar o processo. Até o processo ser finalizado e
1040 depois ele levar esse termo ao cartório, teria que ser em outra condicionante mesmo
1041 para constar um prazo maior.” – Francisco – Representante Ministério Público –
1042 Sugeriu: “Pelo menos apresentar o projeto concomitante a licença de instalação.
1043 Formalização da licença de instalação.” – Francisco de Assis Braga – Representante
1044 ABES – Argumentou: “O Corpo de Bombeiros não vai aprovar o projeto de combate a



1045 *incêndio? Tem que ter uma escada com a largura tal. Ele não fez no projeto*
1046 *construtivo, construiu e depois vai consertar? Não vai ter jeito. Eu acho que o Corpo de*
1047 *Bombeiros pode aprovar o projeto também de controle de incêndio com a largura e*
1048 *tudo. Vai construir e depois ele vai aprovar o projeto já com as medidas de combate a*
1049 *incêndio.” – Jorge – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Ele vai ter que apresentar um*
1050 *projeto, no caso. Depois de instalado, será uma solicitação da SUPRAM. Ele*
1051 *apresentará o projeto e depois de instalado todo o sistema de controle aí que ele obtém*
1052 *o AVCB, após a vistoria do Corpo de Bombeiros.” – Marcos Veloso – Representante*
1053 *CREA – Esclareceu ainda: “Os projetistas hoje já fazem os projetos levando em*
1054 *consideração os casos de necessidades maiores dos projetos de incêndio. Já fazem isso.*
1055 *Caso, haja alguma coisa é problema da empresa com o Corpo de Bombeiros. Ela vai*
1056 *ter que se adequar com o Corpo de Bombeiros para dar a licença. Acredito que essa*
1057 *exigência agora não haveria tanta necessidade.” – Roberto Soares Nogueira –*
1058 *Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Argumentou:*
1059 *“Para licença prévia não, porque não tem. Licença prévia é avaliação ambiental,*
1060 *avaliação locacional. Definir se pode instalar um empreendimento nesse local. Eu acho*
1061 *que não cabe.” – Alexandre Ferreira – Representante FIEMG – Complementou: “Ainda*
1062 *assim, Roberto, eu acho que a apresentação do protocolo do Corpo de Bombeiros,*
1063 *porque ele apresentar o projeto a SUPRAM ela não vai analisar.” – Roberto Soares*
1064 *Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias –*
1065 *Concordou: “Foi a proposta que o projeto seja apresentado ao Corpo de Bombeiros e o*
1066 *protocolo seja exigido na formalização da licença de instalação.” – Amilton Ferri*
1067 *Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os*
1068 *esclarecimentos colocou em votação o processo e foi **APROVADO** e a licença*
1069 *concedida. Em seguida colocou em votação a inclusão de condicionante que seria a*
1070 *apresentação da comprovação da averbação de reserva legal complementar. Prazo 60*
1071 *dias após a emissão do termo de preservação de florestas e a **CONDICIONANTE** foi*
1072 ***INCLUÍDA**. Após, colocou em votação a proposta feita pelo representante do*
1073 *Ministério Público, que seria a apresentação do protocolo da entrada do projeto de*
1074 *prevenção de incêndio do Corpo de Bombeiros, prazo na formalização da LI e foi*
1075 ***APROVADA** a inclusão. - **Item 8. Processo Administrativo para exame da***
1076 ***Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 8.1 Alfa***
1077 ***Caldeiraria e Montagens Ltda. - Serralheria, fabricação de esquadrias,***
1078 ***tanques, reservatórios e superficial - Itaúna/MG - PA/Nº 04949/2012/001/2012 -***
1079 ***Classe 3. Apresentação: Supram ASF. – Francisco de Assis Braga – Representante***
1080 ***ABES** – Solicitou esclarecimentos: “A questão é simples. Está dito no parecer único*
1081 *que os efluentes atmosféricos a serem gerados serão provenientes do processo de*
1082 *jateamento e de pintura. Como medida mitigadora está dito que o empreendedor prevê*
1083 *o monitoramento anual da fonte de lançamento visando avaliar se vai atender os*
1084 *parâmetros. Na verdade não há medidas mitigadoras. Caso as emissões apresentem*
1085 *parâmetros com valores superiores ao estabelecido pela legislação o empreendedor*
1086 *compromete-se a implantar as medidas necessárias. A minha pergunta é. O processo de*
1087 *jateamento e pintura não gera um efluente atmosférico que realmente vai contaminar o*
1088 *ar? A outra pergunta é. Esse processo de jateamento vai ficar confinado no galpão,*
1089 *enclausurado como diz o Roberto ou ele vai sair para o ambiente. Vai haver dispersão*
1090 *atmosférica desse efluente atmosférico via jateamento ou pintura.” – Estela – SUPRAM*
1091 *ASF – Esclareceu: “O sistema de mitigação nesse caso de jateamento seria a cabine*
1092 *com o sistema de exaustão que vai ser implantado também na empresa.” – Não*



1093 identificou – Observou: “*No parecer único não diz que teria esse sistema de controle do*
1094 *efluente atmosférico.*” – Silvestre – SUPRAM ASF – Esclareceu: “*Nós estamos na fase*
1095 *de LP mais LI. Para esse monitoramento, para essa instalação seria pertinente na fase*
1096 *de LO, mas o empreendedor está aí. Se quiser ouvi-lo.*” – Francisco – Representante
1097 Ministério Público – Solicitou esclarecimentos: “*A localidade lá é Mata Atlântica?*” –
1098 Estela – SUPRAM ASF – (Inaudível – Problemas no microfone) Respondeu: “*...no*
1099 *bioma cerrado. Só que foi considerada a compensação devido a fitofisionomia*
1100 *considerado do entorno no município de Itaúna também que é de transição entre o*
1101 *cerrado. Ele está no cerrado, mas bem próximo do bioma Mata Atlântica conforme*
1102 *ZE.*” – Não identificou – “*Mas a fitofisionomia lá é Mata Atlântica? E assim foi*
1103 *considerada para fins de restrições, compensações e tudo mais? Estágio seccional tudo*
1104 *Mata Atlântica?*” – Estela – SUPRAM-ASF – Respondeu que sim. – Francisco –
1105 Representante Ministério Público – Perguntou se a reserva legal está averbada na
1106 própria matrícula do imóvel ou seria compensação. – Estela – SUPRAM ASF –
1107 Esclareceu: “*É porque essa matrícula é de uma matrícula mãe de 37 hectares,*
1108 *aproximadamente, e a reserva ficou lá em uso comum. Originou a nova matrícula, mas*
1109 *a reserva está na matrícula mãe.*” – Não identificou – Perguntou se a área estava no
1110 mesmo imóvel – Não identificou – Respondeu que estava numa área contígua. – Não
1111 identificou – Continuou: “*Com relação a água que vai ser utilizada, vê alguma coisa a*
1112 *respeito de, até deixei anotado. A água até a outorga será de captação de caminhão*
1113 *pipa. O caminhão pipa tem que estar, tem que ter regularidade também da captação,*
1114 *etc.. Tem essa comprovação nos autos?*” – Estela – SUPRAM ASF – Informou que não
1115 havia nenhuma comprovação da regularidade do caminhão pipa. – Não identificou –
1116 Fez uma pergunta técnica ao conselheiro Roberto, do Comitê de Bacias. “*Até a outorga,*
1117 *o abastecimento do empreendimento vai ser por meio de caminhão pipa. Eu acho que*
1118 *caberia exigir a regularidade da captação do caminhão pipa, porque se não nós vamos*
1119 *estar como cachorro correndo atrás do rabo.*” – Roberto Soares Nogueira –
1120 Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Esclareceu:
1121 “*Durante a licença prévia e a instalação normalmente você não está operando a*
1122 *empresa. É construção, é preparação do terreno. Eu realmente não vejo que vai haver*
1123 *um grande consumo. Essa água provavelmente vai ser para o atendimento das pessoas*
1124 *que estão lá trabalhando. É igual banheiro químico que nós exigimos. Agora, eu acho*
1125 *que também a SUPRAM não fornece outorga em licença prévia e de instalação. É só*
1126 *quando realmente da licença de operação é que passa a correr o prazo, não é não?*” –
1127 Paula – SUPRAM ASF – Esclareceu ainda: “*Na verdade, são duas coisas distintas. A*
1128 *questão do caminhão pipa qualquer que seja a captação ele tem que ter a outorga de*
1129 *captação direta. Se for uma captação direta ele tem que ter outorga do poço e se ele*
1130 *não estiver recebendo essa água da concessionária local. Se estiver recebendo da*
1131 *concessionária local a concessionária local é responsável pela regularização do uso da*
1132 *água. Geralmente, na fase de LP mais LI nós autorizamos perfuração dos poços e*
1133 *realmente nós só concedemos a outorga no momento da LO quando isso está casado*
1134 *com o processo de licenciamento. Algumas vezes o empreendedor costuma pedir a*
1135 *outorga antes quando já entra com o processo o uso da água já está regularizado.*
1136 *Olhando as fases do licenciamento nós teríamos, como foi feito nesse processo, não*
1137 *conceder agora, conceder somente na LO quando de fato precisar da água para*
1138 *utilização na atividade.*” – Francisco – Representante Ministério Público – Questionou:
1139 “*A preocupação com a regularidade da captação do caminhão pipa se ele for utilizado.*
1140 *Não sei como que isso pode ser solucionado e o empreendedor vai se manifestar quanto*



1141 a esse ponto também. Com relação à compensação pela supressão de árvores, eu
1142 verifiquei lá que foi permitida a compensação com indivíduos da mesma espécie ou
1143 grupo de espécies. Queria até tornar isso um pouco mais restritivo e verificar se nós já
1144 não podemos deixar delimitado que tem que ser da mesma espécie. Não sei se
1145 tecnicamente isso seria realmente melhor, mas acredito que sim. Tirou uma espécie. A
1146 minha preocupação, sou leigo no assunto, mas a minha preocupação é de que esse
1147 grupo de mesma espécie seja algo muito amplo e possibilite, por exemplo, a
1148 compensação de uma espécie completamente diferente da que foi suprimida. Até por
1149 questões econômicas e etc..” – Lessandro Gabriel – Representante AAASF –
1150 Complementou: “Essa questão da mesma espécie, principalmente cerrado, pelo
1151 conhecimento que nós temos nos viveiros regionais mais próximas a nós é muito difícil
1152 você conseguir mudas mesmo específicas do cerrado. A mesma espécie dificultaria
1153 muito. Nós temos uma questão muito difícil para quando você tem que substituir
1154 pequizeiro, porque nenhuma região, nenhum lugar na nossa região você se encontra
1155 muda de pequi. Ou você tem que trazer de São Paulo, Norte de Minas. Isso está
1156 dificultando muito a questão de quando se fala que tem que colocar a mesma espécie
1157 para substituição. Essa dificuldade de espécies de cerrado fica muito fechada pela
1158 diversidade de mudas que tem nos viveiros hoje com essa questão da mesma espécie. O
1159 pequi fica registrado é uma questão que não acha mesmo. Na região nossa do Alto São
1160 Francisco não tem nenhum viveiro registrado que tenha muda de pequi para
1161 substituição da mesma espécie.” – Francisco – Representante Ministério Público –
1162 Perguntou se havia AVCB. – Vilma – SUPRAM ASF – Respondeu que havia projeto
1163 aprovado. – Não identificou – Comentou que havia projeto aprovado, mas que não
1164 tinha sido implantado ainda. “Então dá para condicionar para LO a vistoria. Não é? O
1165 que ficou pendente aqui além dessa condicionante do AVCB, houve já a apresentação
1166 do AVCB na formalização da LO. A única coisa que ficou pendente é a questão da
1167 regularização na captação, se for utilizado o caminhão pipa.” – Tiago Amorim –
1168 Representante da Alfa Caldeiraria – “Com relação às dúvidas que os senhores
1169 colocaram sobre o efluente atmosférico. Nós gostaríamos de deixar claro que a Alfa
1170 Caldeiraria, esse empreendimento é referente a questão da licença prévia e instalação.
1171 Ela já tem uma unidade que passou, se não me engano na última reunião, já passou
1172 pelas reuniões anteriores de revalidação. Nós já fazemos esse monitoramento e dentro
1173 dos padrões que nós estamos monitorando todos os resultados apresentaram
1174 satisfatórios. Assim nós nos comprometemos também a continuar os monitoramentos.
1175 Caso os resultados estejam em desacordo apresentaremos um projeto de mitigação.” –
1176 Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Solicitou informações: “O
1177 jateamento e pintura é dentro da cabine? Ambiente pressurizado, fechado? Tem
1178 exaustão ou algum sistema de filtro?” – Não identificou – Esclareceu: “Todo o sistema
1179 de pintura feito dentro da empresa atualmente é feito de forma enclausurada. Não tem
1180 filtro. Nós fazemos a medição e o monitoramento de material particulado. De acordo
1181 com a demanda esse material particulado está abaixo do limite estabelecido. Existem
1182 as peças que são de maiores proporções que não se adequam no sistema de pintura é
1183 feita numa área licenciada e nós comprovamos através de notas numa unidade externa
1184 já licenciada. Com relação à reserva legal. Outro item levantado. A empresa teve a
1185 preocupação de quando efetuar a compra dessa área, essa área faz parte de um
1186 polígono superior a 40 hectares, ela comprou 6 hectares e 5 hectares estão na área do
1187 empreendimento. 1 hectare ficou na área remanescente junto com as demais áreas de
1188 reserva legal da área. Com relação à compensação as espécies propostas foram



1189 *apresentadas após o senso e o inventário florestal feito por profissional habilitado,*
1190 *engenheiro florestal da área e assim propôs que seriam as espécies que estão no*
1191 *processo. Com relação à utilização da água. Nós já pedimos e já temos até a*
1192 *autorização para perfuração do poço. Até que seja feita a outorga e a autorização nós*
1193 *utilizaremos água da concessionária local e nos comprometemos a apresentar através*
1194 *de notas algum contrato que a água está sendo para esse fim.” – Adauto –*
1195 *Representante SEDE – Comentou: “Mais uma vez nós estamos falando de viabilidade*
1196 *ambiental LP e LI. Ele tem um sistema de efluente atmosférico que é enclausurado, mas*
1197 *não tem filtro. Se esse fosse um processo normal e chegasse em LO e nós fossemos*
1198 *condicionar um sistema por exemplo de lavagem ou um sistema mais caro isso poderia*
1199 *resultar e até mesmo inviabilizar dependendo da classe e se fosse classe maior. Daí*
1200 *novamente a necessidade. Os estudos ambientais e os pareceres únicos averiguarem os*
1201 *sistemas de tratamento que vão ser necessários para mitigar os impactos daquela*
1202 *atividade. Novamente a mesma questão de viabilidade ambiental. Se caso chegue numa*
1203 *licença futura e nós tenhamos novas condicionantes que podem ser imputadas para o*
1204 *empreendedor, isso pode levar um acréscimo no valor de implementação do*
1205 *empreendimento. Não é o caso aqui pelo visto, mas é para nós ficarmos atentos para os*
1206 *próximos nessa situação.” – Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC*
1207 *Alto São Francisco – Após os esclarecimentos colocou em votação o item 8.1 e foi*
1208 **APROVADO e a LICENÇA foi CONCEDIDA** de acordo com o parecer da
1209 SUPRAM. Em seguida colocou em votação proposta de condicionante. – Roberto
1210 Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três
1211 Marias – Sugeriu: “O empreendedor se prontificou a apresentar a origem comprovada
1212 da água dos caminhões pipa. Eu acho que devia também colocar como condicionante
1213 isso.” – Francisco – Representante Ministério Público – Sugeriu: “Apresentar 10 dias a
1214 regularização da captação da utilização da água deles. Seja ela de que origem for.
1215 Caminhão pipa, concessionária local. Pronto, comprovação de origem regularizada.” –
1216 Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Solicitou esclarecimentos: “Está dito
1217 aqui no parecer único. Eu li isso. O empreendedor prevê monitoramento anual da fonte
1218 de lançamento visando avaliar os parâmetros conforme DN 11/86. Caso as emissões
1219 apresentem parâmetros com valores superiores ao estabelecido pela legislação o
1220 empreendedor se compromete a implantar as medidas mitigadoras necessárias. Quer
1221 dizer. Está dito aqui, mas não está condicionado. Vamos dizer que extrapole os
1222 parâmetros. Como é que nós vamos pedir? Ou na hora que ele apresentar o RADA os
1223 parâmetros estão extrapolados, como é que nós vamos lidar com essa questão?” –
1224 Jorge – SUPRAM ASF – Sugeriu que poderia ser proposta a apresentação do sistema de
1225 mitigação na formalização da LO. – Camilo de Lélis André Melo – Representante
1226 FEDERAMINAS – Ressaltou: “Eu acho que das poucas prerrogativas que os
1227 conselheiros têm essa é uma. Eu acho que essa proposta tem de ser colocada em
1228 votação e se nós estivermos de acordo votamos favorável, se estiver contrário votar
1229 contra. Se for cassar até as condicionantes daqui uns dias nós não vamos fazer nada.”
1230 – Vilma – SUPRAM ASF – Questionou: “Dr. Francisco, nós caímos na mesma questão
1231 das discussões anteriores. O Corpo de Bombeiros está demorando demais para poder
1232 fazer a vistoria no local. A nossa proposta é o que? Ele vai apresentar o protocolo que
1233 ele requereu a vistoria no Corpo de Bombeiros, porque já não depende mais da
1234 empresa.” – Francisco – Representante Ministério Público – Esclareceu: “Na última ou
1235 penúltima reunião eu trouxe aqui uma ata de reunião que eu tinha feito assinada por
1236 dois oficiais do Corpo de Bombeiros dizendo que os prazos estão sendo rigorosamente



1237 *cumpridos. O que eu acho que pode ser feito é o seguinte. Nós fazemos o pedido, essa*
1238 *solicitação para que na próxima reunião da URC, haja o convite para o*
1239 *comparecimento do comandante regional do Corpo de Bombeiros para que ele se*
1240 *manifeste. Por enquanto eu fico com a assinatura deles e a ata de reunião que eu fiz.”*
1241 *Apresentou uma proposta: “Apresentar o AVCB até o julgamento da licença. Ou seja, o*
1242 *dia que nós chegarmos aqui vai ter que apresentar o AVCB, porque LO é licença de*
1243 *operação.” – Edélcio Ferreira – Representante FAEMG – Questionou o conselheiro:*
1244 *“Dr. Francisco, a minha apreensão, concordo com o senhor que o AVCB deveria ser*
1245 *apresentado para a operação da unidade, mas a minha preocupação muito grande é*
1246 *que o empreendedor cumpra todo o projeto, instale todos os equipamentos e o Corpo de*
1247 *Bombeiros por algum problema ou morosidade interna ou falta de pessoal que o Estado*
1248 *normalmente alega isso para tudo não tenha feito essa vistoria. Nós vamos estar*
1249 *penalizando o empreendedor duas vezes, porque ele já investiu naquele projeto. O*
1250 *equipamento está lá instalado, mas ele ainda não tem o laudo da vistoria para ver se*
1251 *está funcionando a contento. Eu acho que nós deveríamos achar um meio termo para*
1252 *nós caminharmos com a segurança necessária e também sem penalizar aquele que não*
1253 *tem culpa pelo procedimento.” – Francisco – Representante Ministério Público –*
1254 *Esclareceu: “Hoje eu fico com a ata de reunião que eu fiz. Não tenho motivo nenhum*
1255 *para duvidar do que está lá. É uma ata de reunião assinada por dois oficiais do Corpo*
1256 *de Bombeiros. Acho que eles têm que vir aqui para esclarecer. Ainda que houvesse*
1257 *atraso ou ainda que haja atraso eu acho que nós nunca vamos fomentar uma melhoria*
1258 *do serviço público se nós não passarmos a exigir. Ou seja, se nós começarmos a*
1259 *postergar isso em razão dos atrasos estatais, o estado nunca vai sentir estimulado para*
1260 *melhorar isso. Nesse caso é como foi dito, são 4 anos com o projeto já aprovado. O que*
1261 *precisa fazer é implantar a estrutura e pedir ao Corpo de Bombeiros para fazer uma*
1262 *vistoria. Se isso não for feito em 4 anos, sinceramente.” – Amilton Ferri Vasconcelos -*
1263 *Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os esclarecimentos sugeriu*
1264 *colocar em votação a proposta de condicionante feita pelo conselheiro representante do*
1265 *Ministério Público: “A apresentação da aprovação de vistoria do Corpo de Bombeiros*
1266 *antes do julgamento da licença de operação.” Colocou em votação e foi **APROVADA***
1267 *a inclusão da condicionante. Em seguida colocou em discussão o texto da proposta de*
1268 *condicionante para o uso dos recursos hídricos. – Roberto Soares Nogueira –*
1269 *Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Sugeriu:*
1270 *“Comprovação da origem regularizada da água a ser utilizada. Prazo: quando do uso*
1271 *do recurso hídrico.” – Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto*
1272 *São Francisco – Colocou em votação a proposta de condicionante feita pelo conselheiro*
1273 *representante do Comitê de Bacias e **CONDICIONANTE foi INCLUÍDA.** – Francisco*
1274 *de Assis Braga – Representante ABES – Propôs a seguinte condicionante: “Apresentar*
1275 *e implantar após aprovação da SUPRAM, sistema de controle de efluentes atmosféricos*
1276 *provenientes do processo de jateamento e pintura. Prazo até a formalização da LO.” –*
1277 *Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou*
1278 *em votação a inclusão da condicionante redigida pelo professor Francisco e foi*
1279 ***APROVADA** a inclusão. – Francisco – Representante Ministério Público – Informou*
1280 *que precisava se retirar e solicitou que ficasse registrada sua abstenção nos processos*
1281 *que seriam julgados. “Senhor presidente, eu só quero registrar aqui o pedido de*
1282 *desculpas que eu vou ter que me retirar para um compromisso em Belo Horizonte,*
1283 *inclusive decorrente de convocação do senhor Procurador Geral de Justiça. Eu*
1284 *gostaria que ficasse expressamente registrada a abstenção do Ministério Público nos*



1285 *processos que serão julgados doravante itens 9.1, 9.2, 10.1, 10.2, 12.1, 12.2 e 13.2, por*
1286 *gentileza. Peço mais uma vez desculpas pela retirada abrupta e inesperada. Obrigado.”*
1287 **- Item 9. Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante**
1288 **com a Licença de Instalação - “Ampliação”: 9.1 Ambientec - Incineração de**
1289 **Resíduos Ltda. - Incineração de resíduos - Iguatama/MG - PA/Nº**
1290 **00135/2010/002/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF – Luana – SUPRAM**
1291 **ASF** – Solicitou correções na condicionante 5: *“Naquela observação padrão para fins*
1292 *de emissão de licença subsequente a condicionante relativa à compensação ambiental*
1293 *somente será considerada cumprida após a assinatura do termo de compromisso de*
1294 *compensação ambiental e publicado seu extrato conforme o artigo 13 do referido*
1295 *Decreto.” – Sônia Godinho – Representante SUPRAM* – Solicitou correção: *“Na*
1296 *conclusão do controle processual eu gostaria de fazer uma retificação para fazer*
1297 *constar a seguinte redação: Diante do exposto nada obsta a concessão da licença ao*
1298 *empreendimento pelo que se sugere que seja concedida a licença prévia de instalação e*
1299 *de ampliação concomitantes ao empreendimento Ambientec – Incineração de Resíduos*
1300 *LTDA. pelo período de 2 anos.” – Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da*
1301 *URC Alto São Francisco* – Após as solicitações colocou em votação o processo já com
1302 as correções feitas pela equipe técnica e jurídica e o processo foi **APROVADO** de
1303 acordo com o parecer da SUPRAM. **LICENÇA CONCEDIDA. - Item 9.2 Lafarge**
1304 **Brasil S/A (Ex - Cia de Cimento Portland Lacim) - Co-processamento de resíduos**
1305 **em forno de clínquer - Arcos/MG - PA/Nº 00426/1995/031/2013 - Classe 3.**
1306 **Apresentação: Supram ASF. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da**
1307 **URC Alto São Francisco** – Informou que o destaque era do representante do Ministério
1308 Público e como ele se ausentou passou a palavra para o representante do empreendedor
1309 que estava inscrito. – *Mariana – Representante da Assessoria Jurídica da Lafarge* – *“Boa*
1310 *tarde! Na verdade eu só queria solicitar a exclusão de uma condicionante, da*
1311 *condicionante número 3 do parecer único. Ela fala. Apresentar contrato firmado entre*
1312 *a Lafarge e as empresas fornecedoras de blend líquido. Na verdade nós queríamos*
1313 *pedir a transferência dessa condicionante para a fase de LO. Nós não conseguimos*
1314 *firmar o contrato antes de ter a nossa licença de operação. Igual nós exigimos dos*
1315 *nossos fornecedores de resíduos a licença de operação delas, elas exigem as nossas*
1316 *para entregar o resíduo. Nós não conseguimos apresentar isso antes da obtenção da*
1317 *LO.” – Elisângela – SUPRAM ASF* – Respondeu: *“Diante da justificativa apresentada*
1318 *pelo empreendedor nós consentimos.” – Vilma – SUPRAM ASF* – Concordou: *“Eu*
1319 *acho que nós deveríamos excluir essa condicionante mesmo, porque nós estaríamos*
1320 *adiantando uma condicionante que é para licença de LO. Nós deveríamos excluí-la e*
1321 *condicionar na ocasião da LO.” – Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da*
1322 *URC Alto São Francisco* – Após os esclarecimentos colocou em votação o processo já
1323 com a exclusão da condicionante 3 e foi **APROVADO** de acordo com o parecer da
1324 SUPRAM. **LICENÇA DEFERIDA. - Item 10. Processos Administrativos para**
1325 **exame da Licença de Instalação Corretiva: 10.1 JMG Participações**
1326 **Empreendimentos e Agropecuária Ltda. - Criação de bovinos de corte**
1327 **confinados, criação de bovinos de corte extensivo, culturas anuais, excluindo**
1328 **olericultura, culturas perenes - capineiras, beneficiamento primário de produtos**
1329 **agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação -**
1330 **Abaeté/MG - PA/Nº 22391/2012/001/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF.**
1331 **– Francisco de Assis Braga – Representante ABES** – Solicitou esclarecimentos: *“Aqui*
1332 *diz o seguinte. O empreendimento em questão está no parecer único. Possui atividade*



1333 *potencialmente poluidora, impactante com os impactos considerados todos mitigáveis.*
1334 *Portanto, não passível de compensação ambiental. Na verdade, tecnicamente eu não sei*
1335 *se concordo com o que está escrito ali. Se nós vimos a tabela de alteração de uso do*
1336 *solo que está publicada. A tabela está listando 435 hectares de alteração de uso do*
1337 *solo. Se eu tinha uma cobertura que era de árvores esparsas com uma cobertura*
1338 *vegetal que permitia a fauna ainda utilizar esse espaço com uma certa limitação, mas*
1339 *tinha, quando eu coloco 3 pivôs centrais essa área vai ser utilizada com uma frequência*
1340 *muito maior. Com uma intensidade muito maior. O que de certa maneira vai excluir de*
1341 *uso da fauna local e por todo o manejo que vai ser dado de 435 hectares. Na minha*
1342 *opinião, esse seria um impacto significativo e irreversível e não mitigável. Enquanto a*
1343 *atividade estiver funcionando esse local é perdido. Para a nossa região 435 hectares é*
1344 *uma área considerável, na minha opinião. Eu conversei com a Paula antes, eu até nem*
1345 *ia comentar muito sobre esse processo, mas na verdade, o processo para pedir*
1346 *compensação tem que ser pautado em EIA/RIMA. Acho que é uma situação*
1347 *administrativa engessada e incoerente. Não necessariamente eu precisaria de um*
1348 *EIA/RIMA para me apoiar para dizer que precisa compensar. Na minha opinião, esse*
1349 *empreendimento careceria de compensação ambiental. Pela área, pela extensão da*
1350 *área intervinda, pelo uso intensivo agrícola que vai ser dado anualmente, cultivando*
1351 *uma área duas, três vezes. Na minha opinião, essa área careceria de compensação*
1352 *ambiental pela ocupação do espaço. Em princípio não cabe esse tipo de proposta por*
1353 *causa que teria de ser pautado num EIA/RIMA, nós teríamos que retornar o processo*
1354 *solicitando o EIA/RIMA só para poder pedir a compensação. Eu estou dizendo isso*
1355 *aqui e vai ficar registrado na ata que eu acho que é uma falha no processo*
1356 *administrativo, nós ficarmos lincados ou agarrados a um EIA/RIMA para solicitar a*
1357 *compensação ambiental. Nem sempre as coisas são assim tão fáceis de interpretar.*
1358 *Num esquema que eu venho tem EIA/RIMA então tem que pedir a compensação. Nem*
1359 *sempre é assim. A questão ambiental nem sempre é tão engessada.” – Jean Rodrigues –*
1360 *Representante JMG – Esclareceu: “Nessa área de 400, salvo engano, 435 hectares há*
1361 *de se ressaltar que as árvores são espaçadas. Muito espaçadas entre 50 e 100 metros*
1362 *de uma árvore para a outra. Antes da aquisição do grupo, da fazenda já era realizado o*
1363 *plantio em sistema sequeiro. De qualquer forma nós pedimos a supressão dessas*
1364 *árvores só para viabilizar o processo de rotação do pivô. O impacto já está*
1365 *consolidado. Com relação a questão da fauna como o senhor disse, nós realizamos um*
1366 *monitoramento intensivo da fauna através de uma vistoria fotográfica em todas as*
1367 *fisionomias existentes na fazenda. Uma das fisionomias analisadas foi essa área de*
1368 *pastagem com árvores isoladas ou área de cultura ou árvores isoladas. Nós não*
1369 *tivemos resultados positivos quanto ao deslocamento e ao registro de nenhuma espécie*
1370 *de fauna. Uma vez que, na área de reserva legal que fica na própria matrícula e na*
1371 *APP, nós tivemos resultados expressivos quanto a detecção de indivíduos,*
1372 *principalmente da mastofauna e o próprio estudo já propôs a SUPRAM a colocar uma*
1373 *condicionante para nós apresentarmos um monitoramento dessas populações*
1374 *anualmente. A empresa tem essa preocupação e nós entendemos através desse estudo e*
1375 *através deste diagnóstico feito na propriedade que não há impacto significativo uma*
1376 *vez que ele já está consolidado.” – Luana – SUPRAM ASF – Solicitou corrigir na*
1377 *condicionante da intervenção em APP, da 369/2002, apresentar à CPB, prazo de 60*
1378 *dias. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –*
1379 *Colocou em votação o processo e foi **APROVADO** de acordo com o parecer da*
1380 *SUPRAM-ASF. Em seguida colocou em votação a inclusão da condicionante proposta*



1381 pela técnica da SUPRAM sobre a apresentação à CPB e a **CONDICIONANTE** foi
1382 **INCLUÍDA**. - **Item 10.2 Cooperativa dos Produtores Rurais de Santo Antônio do**
1383 **Monte Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios - São**
1384 **Antônio do Monte/MG - PA/Nº 27996/2011/001/2011 - Classe 3. Apresentação:**
1385 **Supram ASF.** - Francisco de Assis Braga – Representante **ABES** – Solicitou
1386 esclarecimentos: “Reserva legal. Está dito aqui. A gleba 2 é contígua a APP do córrego
1387 Diamante com presença de braquiárias e indivíduos arbóreos esparsos. Ressalta-se que
1388 a gleba 2 não está cercada ficando o cercamento condicionado no anexo 1 do parecer
1389 único. A minha pergunta é. Não seria tecnicamente recomendável o plantio de
1390 enriquecimento e adensamento nessa gleba? Ou seja, plantar árvores, aqui tem
1391 braquiária e as árvores são esparsas.” – Estela – **SUPRAM ASF** – Esclareceu: “A
1392 equipe entende que com o cercamento a área consegue regenerar. Até tem uma foto no
1393 parecer. Está esparsa.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante
1394 **FEDERAMINAS** – Complementou: “Professor Francisco, eu conheço a área lá que eu
1395 já tive a oportunidade de visitá-la. Realmente o que a equipe técnica está falando é
1396 verdade. Ela já está em recuperação. Essa braquiária que foi plantada em cima e ela
1397 costuma nascer um pouquinho no meio da mata. Como lá é cerrado, apesar de estar na
1398 APP ela regenera.” - Amilton Ferri Vasconcelos - **Presidente Suplente da URC Alto**
1399 **São Francisco** – Após os esclarecimentos colocou em votação o processo 10.2 e foi
1400 **APROVADO** de acordo com o parecer da SUPRAM. **LICENÇA CONCEDIDA.** -
1401 **Item 12. Processos Administrativos para exame da Licença de Operação**
1402 **Corretiva: 12.1 Omielam Industrial e Comercial Ltda. - Produção de fundidos de**
1403 **ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem -**
1404 **Itaúna/MG - PA/Nº 02507/2004/003/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF.**
1405 - Não identificou – Solicitou alteração na condicionante 5: “Está escrita da seguinte
1406 forma: Receber matérias primas somente de fornecedores licenciados ambientalmente.
1407 Apresentar semestralmente documentação comprobatória da regularidade ambiental
1408 das empresas fornecedoras durante o prazo da licença. Nós gostaríamos que fosse
1409 alterada essa condicionante retirando a segunda parte, porque senão nós estaremos
1410 transferindo para o empreendedor o poder de fiscalização do Estado. Nós concordamos
1411 que ele deva receber somente de fornecedores licenciados, mas apresentar
1412 semestralmente essa documentação nós estamos transferindo para ele o poder de
1413 fiscalização. Mesmo porque, pelo que eu entendo a SUPRAM vai abarrotar de papel e
1414 não sei se é viável ela ter essa quantidade de documento.” - Jorge – **SUPRAM ASF** –
1415 Concordou: “Do meu ponto de vista aqui a condicionante é pertinente. Como que nós
1416 vamos assegurar que as empresas que estão sendo fornecedoras das matérias primas
1417 são devidamente regularizadas? Eu acho que é pertinente esse prazo semestralmente
1418 aqui.” – Alexandre – Representante **FIEMG** – Ressaltou que a fiscalização é direito e
1419 prerrogativa do Estado. – Jorge – **SUPRAM ASF** – Reafirmou que é uma obrigação da
1420 empresa mostrar que ela está adquirindo material regularizado. “Eu acho que como ela
1421 já vai estar recebendo esse material, eu acho que não custa nada ela apresentar essa
1422 regularização.” – Não identificou – “Eu gostaria de manter a minha proposta de
1423 alteração da condicionante e colocaríamos em votação no conselho.” – Natália –
1424 **SUPRAM ASF** – Solicitou acrescentar uma condicionante para apresentar comprovante
1425 de registro no Cadastro Técnico Federal. Prazo: 60 dias. - Amilton Ferri Vasconcelos -
1426 **Presidente Suplente da URC Alto São Francisco** – Colocou em votação o processo 12.1
1427 e foi **APROVADO** de acordo com o parecer da SUPRAM. **LICENÇA CONCEDIDA.**
1428 Em seguida colocou em votação a alteração da condicionante 5, prazo de



1429 semestralmente para anualmente conforme foi relatado pelo conselheiro e foi
1430 **APROVADA A ALTERAÇÃO DO PRAZO.** Após, colocou em votação a inclusão de
1431 nova condicionante que seria a apresentação do Cadastro Técnico Federal. Prazo de 60
1432 dias. Foi **APROVADA A INCLUSÃO** com um voto contrário. – Alexandre –
1433 Representante FIEMG – “Sou contrário porque esse cadastro está disponível na
1434 internet. *Qualquer um pode ter acesso.*” - **Item 12.2 Hélio José Martins/ Sítio Paraíso.**
1435 **- Suinocultura (ciclo completo), criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e**
1436 **búfalos de corte (extensivo) e Avicultura de Corte - Pará de Minas/MG -**
1437 **PA/Nº 08604/2004/002/2012 - Classe 4. Apresentação: Supram ASF.** – Francisco de
1438 Assis Braga – Representante ABES – Solicitou esclarecimentos: “*Aqui no parecer*
1439 *único. Está redigido assim: A área de reserva legal possui vegetação em estado médio*
1440 *de regeneração e fitofisionomia característica do bioma cerrado. Foi informado que a*
1441 *reserva legal encontra-se cercada evitando a entrada do gado. Foi informado, eu*
1442 *pergunto, a área está cercada ou não?*” – Shirley – SUPRAM ASF – Esclareceu:
1443 “*Constatou-se em vistoria que a área está cercada. Desculpa. Vamos corrigir.*” -
1444 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Sanadas
1445 as dúvidas, colocou em votação o processo 12.2 e foi **APROVADO** de acordo com o
1446 parecer da SUPRAM. - **Item 13.2 Água Mineral Viva Ltda. (Ex - Algofer Ltda.) -**
1447 **Extração de água mineral ou potável de mesa - Itaúna/MG - PA/Nº**
1448 **00268/1995/005/2011 DNPM 830.483/1986 - Classe 5. Apresentação: Supram**
1449 **ASF.** – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da
1450 Represa de Três Marias – Solicitou alteração na condicionante padrão: “*Se trata de uma*
1451 *necessidade aqui da exigência daquela condicionante padrão para todas as captações.*
1452 *Eu gostaria que naquela nossa condicionante padrão colocasse que as planilhas têm*
1453 *que ser encaminhadas para os órgãos gestores e não só o órgão gestor, porque a*
1454 *outorga desse empreendimento foi concedida pelo DNPM. Eu gostaria que a SUPRAM*
1455 *também recebesse não só o DNPM. Por que eu estou exigindo ou fazendo o pedido*
1456 *para que essa condicionante seja colocada? A cobrança pelo uso da água está em*
1457 *andamento no comitê de bacias do Rio Pará e já está bastante adiantada, já está nos*
1458 *seus finalmente e a lei diz o seguinte, a cobrança atinge todos os usos outorgáveis, mas*
1459 *a lei não fala outorga de quem, mas como é bem público eu entendo que uma outorga*
1460 *do DNPM é a mesma coisa de uma outorga, apesar de ser um bem mineral, é a mesma*
1461 *coisa e se trata de água. Essa empresa foi cadastrada inclusive, no Cadastro Nacional*
1462 *de Recursos Hídricos. Quando do cadastramento da bacia do Pará. É necessário que se*
1463 *tenha as informações até para a gestão do processo de cobrança pelo uso da água. Eu*
1464 *estou pedindo que seja colocada a condicionante padrão. Colocando o caso de órgãos*
1465 *gestores ao invés de órgãos gestor ou SUPRAM, colocar para que sejam guardadas e*
1466 *apresentadas quando necessário para os órgãos gestores. No caso seria o DNPM e a*
1467 *SUPRAM. A justificativa é porque é preciso gerir o processo de cobrança e se nós não*
1468 *tivermos as informações como é que isso pode ser feito?*” – Camilo de Lélis André
1469 Melo – Representante FEDERAMINAS – Solicitou esclarecimentos ao conselheiro
1470 Roberto que quando iniciar a cobrança se ela seria retroativa. – Roberto Soares
1471 Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias –
1472 Esclareceu: “*A proposta é que ela seja implantada em 2014 com dados de 2013. Os*
1473 *boletos serão emitidos sobre as captações e consumos ocorridos em 2013. Nós teremos*
1474 *provavelmente eu acredito que se, na última plenária nós não conseguirmos a*
1475 *aprovação da minuta, dos anexos que a minuta já está aprovada, mas os anexos não*
1476 *foram aprovados e nós vamos ter uma nova assembleia plenária em 18 de junho, onde*



1477 eu espero que esteja tudo nos conformes para que nós possamos aprovar o processo e
1478 já estará pronto para ser executado.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante
1479 FEDERAMINAS – Solicitou mais esclarecimentos: “Dr. Roberto, uma pergunta se não
1480 for pertinente o senhor me desculpa. O Comitê que está com essa preocupação de
1481 receber, de fazer a cobrança da água está com a mesma preocupação de beneficiar
1482 todos os produtores rurais que são produtores de água?” – Roberto Soares Nogueira –
1483 Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Esclareceu:
1484 “Perfeitamente. Inclusive na minuta há uma previsão de que a agência de bacias ou a
1485 entidade equiparada que hoje nos atende que é a Peixe Vivo, tem 2 anos para
1486 apresentar inclusive esse tipo de coisa. Por exemplo. Quem estiver fazendo o para casa
1487 direitinho, cuidando, representando, vai ter benefícios. Isso está previsto, só que nós
1488 não temos como fazer essas avaliações. O comitê de bacias não tem dinheiro. Não tem
1489 hoje nada. O objetivo meu acho que máximo da cobrança pelo uso da água é dar
1490 independência. É nos tirar da tutela do Estado e quando não quer não bota dinheiro lá
1491 e está fechado o comitê. Nós temos que acabar com isso. Outra coisa, eu acho que os
1492 comitês têm uma grande vantagem, como esse conselho aqui, que é paritário, de todos
1493 participarem, de todos se manifestarem. A decisão não é aquela decisão de governo.
1494 Faz. Não faz. Pode-se evitar execução de coisas que não são prioridade, que não são as
1495 melhores para a bacia. O comitê tem uma ampla representação que permite que nós
1496 possamos fazer um trabalho melhor do que simplesmente do que uma cara num
1497 gabinete em Belo Horizonte.” – Lessandro Gabriel – Representante AAASF –
1498 Esclareceu também: “Eu acho que essa preocupação de comitê nós estamos desde o
1499 início. Quando nós iniciamos fala-se no comitê do Rio Pará, comitê do Alto,
1500 basicamente vou falar diretamente aos sindicatos rurais que defendem a classe do
1501 produtor rural. Nós tivemos a maior dificuldade do mundo de mobilizar os sindicatos,
1502 porque o pessoal assustou com esse negócio de cobrança. Principalmente os
1503 produtores. Não é dessa forma de que a sociedade tem que assustar. Eu acho que nós
1504 temos que encarar. Eu acho que, por exemplo, os poderes públicos municipais que nós
1505 também tivemos maior dificuldade de buscar os municípios para serem parceiros do
1506 comitê, porque se o comitê é um órgão que vai deliberar, que vai estar fazendo
1507 melhorias, investindo em projetos que é lei os 93% voltar para a bacia é a hora
1508 realmente desses segmentos se unir em projetos. A região da bacia do Pará já tem
1509 vários projetos, inclusive projetos que foram aprovados na Câmara nossa do CCR do
1510 Comitê Federal do São Francisco e quinta-feira passada em reunião em Belo
1511 Horizonte. Vários projetos estão sendo aplicados. Os recursos nossos da região do Alto
1512 São Francisco, projetos lá hoje estão sendo licitados pela Agência de Bacia que é a
1513 AGB Peixe Vivo para recuperar nascentes do Rio Santana. Tem um projeto no
1514 município de Luz, município de Lagoa que vão ser contemplados com essa cobrança
1515 pelo uso da água. Não só pela cobrança do uso da água dos nossos afluentes daqui de
1516 Minas, mas a cobrança pelo uso da água da transposição do São Francisco. Lá tinha
1517 80 milhões e não tinha projeto. Acho que é hora dos produtores se unirem e buscar
1518 projetos que viabilizem a conservação dos recursos hídricos dentro das suas
1519 propriedades, porque a maioria dos sindicatos rurais, isso eu falo com clareza, os
1520 produtores rurais se omitiram. Não entraram no processo e não participaram
1521 democraticamente como deve-se participar. Acho que é hora de se unir, porque essa
1522 cobrança dos 93% que vai voltar de origem para a bacia e os 7% para manter a
1523 agência, os 93% podem ser de incentivo para o produtor rural. Porque não? Incentivo
1524 para o produtor de água. Quem vai decidir isso é o Comitê. Fique bem claro isso. Essa



1525 *participação tem que ser mais efetiva.” – Roberto Soares Nogueira – Representante*
1526 *Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Complementou os*
1527 *esclarecimentos do conselheiro Lessandro: “Por exemplo, municípios com 5 mil, 10 mil*
1528 *habitantes, localidades com 5 mil, 10 mil habitantes, você acha que vão ter recursos*
1529 *para fazer um projeto de tratamento de esgoto? Dificilmente. Nós vamos continuar*
1530 *jogando esgoto in natura nos nossos córregos e rios. Esses recursos podem ser*
1531 *utilizados perfeitamente para montagem de projetos para essas comunidades.*
1532 *Contrapartida de projetos. Todo financiamento normalmente tem a contrapartida de*
1533 *quem está fazendo. Será que esses municípios vão ter condições de fazer essa*
1534 *contrapartida? Será? Esse recurso pode ser usado inclusive para contrapartidas. Não é*
1535 *panaceia para todos os males, mas nós não vamos conseguir porque os valores são*
1536 *muito modestos de cobrança. O montante não vai dar para fazer coisa mirabolante não,*
1537 *mas vai dar para ter autonomia que é importante e vai dar também para resolver*
1538 *muitos problemas que hoje nós temos com as águas.” - Amilton Ferri Vasconcelos -*
1539 *Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Sugeriu: “Poderia sugerir aqui que*
1540 *ele apresentasse o mesmo relatório que é apresentado para o DNPM para a SUPRAM*
1541 *a título de conhecimento ou acompanhamento. Eu acho que seria. Porque ele já*
1542 *apresenta o relatório já pelo DNPM.” – Roberto Soares Nogueira – Representante*
1543 *Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Discordou: “Não estou de*
1544 *acordo. Lá só existe hidrômetro. Você não faz gestão com hidrômetro. Eu quero que*
1545 *seja instalado horímetros em todas as captações. Lá tem hidrômetros em 3 captações.*
1546 *São 5. Não há a possibilidade de fazer gestão dessa forma.” – Silvestre – SUPRAM*
1547 *ASF – Esclareceu que quem legisla sobre a água mineral é o DNPM. “Eu até gostaria*
1548 *da saber da nossa conselheira do DNPM em relação a isso. Quando é outorga do*
1549 *IGAM nós temos o hábito de colocar, mas nós vamos colocar uma condicionante que eu*
1550 *não sei, eu acho pertinente, mas eu não sei se o DNPM, como que o DNPM legisla*
1551 *sobre isso.” – Carla – Representante DNPM – Solicitou ao técnico Ricardo para*
1552 *esclarecer as dúvidas. – Ricardo – Representante DNPM – Esclareceu: “Pela legislação*
1553 *que nós estamos fazendo com que todas as outorgas de água mineral eles têm o*
1554 *hidrômetro. Além do hidrômetro também a medição do nível estático e dinâmico, nos*
1555 *casos dos poços.” – Paula – SUPRAM ASF – Solicitou esclarecimentos: “Se existe*
1556 *alguma restrição no tempo de captação, porque o horímetro, no caso da outorga é*
1557 *dada para captação com o determinado tempo. No horímetro isso é feito para as*
1558 *outorgas de poço no Estado. Se existe uma restrição do DNPM nesses poços de água*
1559 *mineral em relação ao tempo para que nós possamos inserir ou não a proposta de*
1560 *condicionante que o conselheiro quer colocar horímetro neles.” – Ricardo –*
1561 *Representante DNPM – Complementou: “Realmente, tem um tempo que é colocado*
1562 *quando ele recebe a outorga. Por exemplo, o poço ele pode durante 8 horas/dia,*
1563 *determinados casos pode ser 24 horas no caso das surgências, normalmente no caso de*
1564 *24 horas, no caso das surgências. Os poços tubulares podem ser uma vazão de 8 horas*
1565 *por dia. Vai depender muito da vazão do poço. Realmente existe uma restrição do*
1566 *DNPM que é feito previamente.” – Silvestre – SUPRAM ASF – Sugeriu colocar o*
1567 *horímetro. – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Sugeriu*
1568 *oficiar o DNPM: “Eu acho que tem que ser enviada uma correspondência daqui*
1569 *pedindo a eles para incluírem isso no licenciamento deles, porque nós estamos*
1570 *entrando no licenciamento deles. Eles quem tem que pedir para colocar ou não. Já está*
1571 *regularizado por eles. Mas ele está sendo julgado aqui, mas está correto dentro do*
1572 *DNPM.” – Vilma – SUPRAM ASF – Concordou com o conselheiro. “Concordo com o*



1573 *Camilo, porque nós estamos até entrando numa prerrogativa que é do DNPM. Ele*
1574 *quem tem que monitorar e fiscalizar. Os modos que ele vai fazer isso cabe a ele. O que*
1575 *eu acharia interessante era apresentar. Se for apresentado um relatório ao DNPM esse*
1576 *mesmo relatório seja apresentado para a SUPRAM a título de informação.” – Roberto*
1577 *Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três*
1578 *Marias – Discordou: “Eu vou discordar violentamente. Eu acho que isso não tem nada*
1579 *a ver com o DNPM. Estou querendo que na bacia do rio Pará seja feita a gestão da*
1580 *água de uma empresa que trabalha com água. Só isso. Não é possível fazer gestão sem*
1581 *controle. Mais. Nós estamos em fase final da cobrança pelo uso da água. Não adianta*
1582 *falar que isso é bem mineral, porque é água que é cadastrada no Cadastro Nacional de*
1583 *Recursos Hídricos. Eu pessoalmente pedi autorização na época para o cadastrador ir*
1584 *lá nessa empresa fazer o cadastramento. Eu não vejo porque isso tem que ir ao DNPM*
1585 *agora. Podemos fazer duas condicionantes. Nós podemos fazer duas condicionantes.*
1586 *Deixa as exigências do DNPM fora e vamos exigir que o empreendimento apresente a*
1587 *SUPRAM. Pronto. Eu acho que é prerrogativa dos conselheiros. Se nós votarmos isso*
1588 *aqui o empreendimento vai ter que fazê-lo. Vamos esquecer o DNPM. Eu vou retirar a*
1589 *condicionante no plural e vamos colocar a SUPRAM. Pronto. É uma prerrogativa*
1590 *nossa. Estou propondo. Se o conselho votar contra eu vou ter que aceitar.” - Amilton*
1591 *Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os*
1592 *esclarecimentos colocou em votação o processo 13.2 e foi **APROVADO** de acordo com*
1593 *o parecer da SUPRAM. **LICENÇA CONCEDIDA.** Solicitou a leitura da*
1594 *condicionante proposta pelo representante do Comitê de Bacias. – Roberto Soares*
1595 *Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias –*
1596 *Assegurou: “É a condicionante padrão para recursos hídricos que nós já temos aí. Só*
1597 *que eu não sei se ela tem para todos os pontos de captação. Eu gostaria que fosse*
1598 *frisado que isso é para todos os pontos de captação.” – Sônia Godinho – SUPRAM*
1599 *ASF – Fez a leitura da redação: “Instalar hidrômetro naquelas fontes de captação que*
1600 *ainda não os possui e instalar horímetro em todas as fontes de captação. Daí para*
1601 *frente segue a redação normal da condicionante padrão.” - Amilton Ferri Vasconcelos*
1602 *- Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou em votação e foi*
1603 ***APROVADA A INCLUSÃO DA CONDICIONANTE.** – Não identificou – “Vocês*
1604 *me perdoem ter chegado atrasado, mas eu preciso de fazer uma ressalva e um*
1605 *agradecimento aqui. No dia 3 de maio próximo passado, nós tivemos uma reunião em*
1606 *Nova Serrana promovida pela ASROM – Associação dos Sindicatos Ruralistas do Oeste*
1607 *de Minas e tivemos a felicidade de contar lá com a presença da nossa superintendente,*
1608 *Dra. Paula Fernandes, que ministrou uma palestra altamente ilustrativa que gerou uma*
1609 *satisfação muito grande. Eu estou aqui incumbido de agradecê-la publicamente sobre a*
1610 *legislação ambiental mineira que está em curso na assembleia. Conclamo a todos vocês*
1611 *que representam entidades que não percam essa oportunidade de convidar a Dra.*
1612 *Paula para esse esclarecimento. Foi muito valioso. O pessoal gostou demais e já estão*
1613 *querendo mais. Muito obrigado, Paula.”- **Item 14. Encerramento.** - Amilton Ferri*
1614 *Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Não tendo mais nada a*
1615 *ser tratado encerrou a reunião.*

Danilo Vieira Júnior

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e
Presidente das URC Alto São Francisco